

1994

1994/2003

PLANO DECENTAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

GOVERNO DO ESTADO

GOVERNADOR DO ESTADO  
CIRIO FERREIRA GOMES

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO  
MARIA LUIZA BARBOSA CHAVES

CHEFE DE GABINETE  
MARIA LUSIANE DE SOUSA OLIVEIRA

COORDENADOR DA COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO  
JOSE VALDIR PEREIRA

DIRETOR DA DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO CURRICULAR  
ANA EDITH STUART ALBUQUERQUE

DIRETOR DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR  
MARIA ALICE BARROSO FAÇANHA

DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO  
IOLANDA MARIA FERNANDES REIS

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PESSOAL  
MARIA JOSELIA MEDEIROS ALBUQUERQUE

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA  
FRANCISCO F. AUGUSTO MARFIO

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
LUIZ CARLOS MENDES DODT

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PRÉDIOS E APARELHAMENTO EDUCACIONAL  
MÁRIO CESAR LIMA PARENTE



PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS

COORDENAÇÃO GERAL: JOSÉ VALDIR PEREIRA

COORDENAÇÃO TÉCNICA: MARIA LUZIA ALVES JESUINO

COMISSÃO TÉCNICA DE MOBILIZAÇÃO E COORDENAÇÃO:

- DIONE MARIA BEZERRA PESSOA - UNDIME
- IVAN DE OLIVEIRA
- DEMEC
- MARIA LUZIA ALVES JESUINO - SEDUC
- MARIA LÚCIA RIOS PINHEIRO - SEDUC
- LEUNAM GOMES - AMEC

EQUIPE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO:

- DAGOBERTO FERREIRA DE CARVALHO NETO
- FRANCISCA NÚBIA GIÃO SARAIVA
- IVAN DE OLIVEIRA
- MARIA DE JESUS AZEVEDO
- MARIA LADY LEAL CHAGAS
- MARIA LÚCIA RIOS PINHEIRO

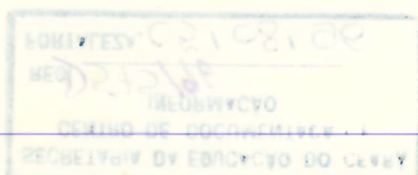
EQUIPE TÉCNICA DE COLABORAÇÃO:

- EUNICE CABRAL DE QUEIROZ
- CELESTE MARIA DE PAULA P. AZEVEDO
- LUIS CARLOS RODRIGUES
- VERA LÚCIA TAVARES MORENO

SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO:

- ANA CARMEN MARTINIANO DE SOUSA
- FRANCISCA AURINETE CABRAL DE LIMA
- JUCILENE IZIDORIA DA SILVA
- MARIA ODETE SILVA NAZARE
- NEILA MARIA LUCENA BEZERRA

# PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS



## S U M Á R I O

### APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO ..... 06

1 - CARACTERÍSTICAS GERAIS DO ESTADO ..... 09

1.1. - ASPECTOS DEMOGRÁFICOS ..... 10

1.2. - ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS ..... 12

1.3. - ASPECTOS EDUCACIONAIS ..... 15

EDUCAÇÃO INFANTIL ..... 15

ENSINO FUNDAMENTAL ..... 17

ENSINO MÉDIO ..... 22

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ..... 25

EDUCAÇÃO ESPECIAL ..... 27

2 - PERSPECTIVAS E POTENCIALIDADES DA EDUCAÇÃO NO ESTADO ..... 29

3 - POLÍTICAS E DIRETRIZES EDUCACIONAIS ..... 33

4 - OBJETIVOS ..... 38

5 - METAS ..... 40

6 - ESTRATÉGIAS ..... 42

7 - AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA O PERÍODO 1994 - 2003 ..... 53

8 - FINANCIAMENTO DO PLANO ..... 56

9 - ESTRUTURA OPERACIONAL DE ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO ..... 58

10 - CONCLUSÃO ..... 60

### ANEXOS

- PONTOS CRÍTICOS DA EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS

- TABELAS

- AGENDA DE TRABALHO

- RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS



## APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao princípio da integração de esforços entre a União, o Estado e os Municípios, bem como, da descentralização de ações, foi elaborado o presente Plano, que expressa a política educacional do Estado a ser operacionalizada no decênio 1994/2003.

As diretrizes aqui definidas estão canalizadas para a universalização gradual do ensino fundamental e para o fortalecimento da educação infantil, do ensino médio e das modalidades de educação especial e de jovens e adultos, mediante a expansão e a racionalização da rede física, em igualdade de condições para o acesso, favorecendo a melhoria do ensino ofertado, resultante, também do grande esforço que todos vem investindo neste governo, na valorização dos profissionais da educação e no processo de modernização e democratização da gestão do ensino.

A elaboração deste Plano foi precedida de uma ampla discussão com vários setores da sociedade civil - órgãos governamentais e não governamentais do Estado e dos municípios, sob a ótica da problemática educacional que exige uma tomada de decisão conjunta permanente e mais participativa, em caráter de urgência, a ser traduzida no resgate do direito dos indivíduos à educação com qualidade e ao exercício da cidadania plena.

Tomou-se como base para a formulação do documento, os subsídios apresentados por todos os municípios e por outros setores organizados da sociedade, em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação e do Desporto respaldado nos resultados da Conferência de Educação Para Todos, realizada na Tailândia, em 1990.

O documento assim concebido, temos certeza, deverá ser assumido pelos poderes constituídos a quem compete sua operacionalização, e pela sociedade civil que contribuirá com subsídios para o acompanhamento e avaliação das metas e ações prioritárias. Assim, governo e organismos representativos da sociedade, num regime de cooperação mútua, desenvolverão estratégias que darão à clientela demandante da educação, um nível satisfatório de atendimento que assegure os princípios da qualidade e equidade, na oferta educacional das várias instâncias administrativas.

Fortaleza, dezembro de 1993

MARIA LUIZA BARBOSA CHAVES  
Secretária da Educação

## INTRODUÇÃO

A Educação no Estado do Ceará vem buscando o cumprimento dos preceitos Constitucionais, quanto às prioridades estabelecidas para o PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, segundo o que prescreve o artigo 214 da Constituição Federal de 1988.

Nesta perspectiva foi elaborado o Plano Decenal de Educação Para Todos, contendo as políticas e diretrizes que nortearão as ações educacionais, no decênio, além de estratégias e mecanismos de avaliação ao alcance dos objetivos propostos, consideradas as necessidades e potencialidades de cada região.

Essas ações deverão ser viabilizadas no âmbito de cada município, devendo a União e o Estado oferecerem cooperação técnica e financeira, além de garantirem acompanhamento, avaliação e controle dos resultados que forem sendo alcançados ao longo do processo.

O Plano Decenal de Educação do Ceará compatibilizou, todas as metas constantes dos planos plurianuais já existentes, bem como dos 154 planos municipais, o que representa 84,0% dos municípios do Estado, elaborados com a finalidade de subsidiar a formulação de políticas mais abrangentes que assegurem a todas as crianças, jovens e adultos deste Estado, uma educação básica de qualidade, condição primeira de inserção no mundo da ciência e da tecnologia e garantia de atendimento às necessidades mínimas de uma população que desponta para o século XXI.

Estas políticas foram formuladas a partir de uma mobilização das instituições governamentais e não governamentais e dos demais setores da sociedade civil, através dos seus representantes, utilizando-se para tanto, SEMINÁRIOS E ENCONTROS na capital e nas 14 DERES com a participação dos municípios de sua jurisdição, com vistas ao levantamento das necessidades, a partir das quais foram propostas as metas e estabelecidas as prioridades. Houve consenso em torno da prerrogativa de que somente uma estratégia de parceria e cooperação, em que todos deem a sua parcela de contribuição responsável, serão viabilizadas as metas indicadas neste plano.

A coordenação dos trabalhos esteve a cargo de uma Comissão Interinstitucional, composta por técnicos da Secretaria da Educação do Ceará - SEDUC, da Delegacia Regional do MEC - DEMEC, da Associação dos Municípios do Estado do Ceará - AMECE e da União dos Dirigentes Municipais - UNDIM.

Constatou-se, pelo diagnóstico apontado pelos municípios, que os principais problemas educacionais do Estado decorrem, entre outros fatores, da baixa remuneração dos docentes, da falta de preparação docente para lidar com alunos portadores de dificuldades específicas de aprendizagem, da carência de recursos humanos e



materiais, de uma gerência escolar inadequada, da inexistência de vagas na escola pública estadual e municipal para atender a uma clientela localizada, da ineficiência do sistema de acompanhamento e controle do ensino, tudo isto aliado a uma problemática econômica de graves consequências sociais, traduzida nos altos índices de desemprego, êxodo rural, subnutrição ou desnutrição crônica, doença etc.

A reversão desse quadro somente poderá ser viabilizada mediante a conjugação de esforços, demonstrado através de uma efetiva parceria entre União, Estado e Municípios, com total apoio da sociedade civil.

Conforme determina a Constituição de 1989, do Estado do Ceará, compete aos municípios a tarefa de oferecer ensino fundamental, obrigatório e gratuito, extensivo aos que a ele não tiveram acesso na idade própria. No cumprimento desse dispositivo legal, os municípios enfrentam problemas estruturais graves, muitas vezes impeditivos de uma arrancada para o crescimento econômico e social, cuja solução exige vontade e decisão política dos governantes, nas várias esferas de poder. Essa vontade política, no caso do Ceará, está expressa nos planos dos municípios que serviram de suporte técnico e metodológico à elaboração deste documento.

Os governos estadual e municipais do Ceará estão imbuídos da sua responsabilidade pelos destinos da educação de seu povo, já se podendo constatar resultados concretos do esforço empreendido. Em alguns municípios deste Estado, a universalização do ensino fundamental já é uma realidade conhecida pelo País afora, o que nos estimula a reforçar ações de cooperação mútua, voltadas para o alcance de uma educação com qualidade - direito fundamental de todo cidadão.

Nessa mesma direção o Plano contempla o desenvolvimento de ações prioritárias, voltadas para a solução dos problemas mais urgentes apresentados pelos municípios, entre os quais destacam-se:

- valorização dos profissionais do magistério, com a oferta de treinamento sistemático, implantação do Plano de Cargos e Carreira e melhoria das condições de trabalho dos educadores;
- distribuição de material didático nas escolas, necessário à execução das atividades pedagógicas, bem como o fornecimento do livro texto, ao aluno, como instrumento indispensável ao domínio da leitura e da escrita;
- implantação de um sistema de acompanhamento e controle do ensino ofertado, como forma de assegurar a universalização com qualidade;
- planejamento da rede física escolar, como instrumento técnico de racionalização e de ampliação do parque escolar;



- manutenção e expansão da rede pública de modo que o município absorva gradativamente toda a sua população em idade escolar;
- modernização administrativa das DERES, OMES e UES como condição primeira para o gerenciamento produtivo desta instância.

1 - CARACTERÍSTICAS GERAIS DO ESTADO



A população brasileira tem crescido à taxas elevadas desde o final do século passado, seja por conta de intenso fluxo migratório que marcou as primeiras décadas deste século, seja pelo aumento vegetativo da população com alta taxa de fecundidade, combinada à redução da mortalidade infantil desde os anos de 1940/50.

Nos últimos censos demográficos, porém, tem-se constatado significativa redução das taxas de crescimento da população. Se entre 1960/70 a taxa geométrica de crescimento populacional ficou em 2,8% a.a., a mesma caiu para 1,9% a.a. entre 1970/80 e para 1,7% entre 1980/91, refletindo razoável queda nas taxas de forânea, como Icapui, Aquiraz, Paracuru e outros, líderes da economia cearense em passado não muito distante.

Na indústria deu-se a modernização do parque tecnológico com a introdução de novos equipamentos que absorveu apenas parte da mão-de-obra empregada. Esta realidade pouco contribuiu para a fixação e absorção da mão de obra já ocupada, bem como para a geração de novos empregos. Ao mesmo tempo foram instaladas indústrias voltadas para substituição de bens oriundos de outros estados da Federação.

Essa realidade refletiu na população, provocando o deslocamento de contingentes rurais para os centros urbanos, especialmente para a Capital e municípios formadores da Região Metropolitana de Fortaleza - RMF, onde se concentra a quase totalidade do poder industrial do Estado e por via de consequência o maior número de empregos nas áreas industrial e de prestação de serviços. Em termos de crescimento populacional o Estado experimentou um salto de 93,0% no intervalo 1960 - 1991, representado por uma taxa média de crescimento 2,1% a.a. (tabela 02).

A população economicamente ativa - PEA, no Estado, pulou de 33,0% em 1960 para 56,9% em 1991, sendo que na zona rural vem decrescendo gradualmente a cada censo, caindo de 67,0% em 1960 de participação, para 35,0% em 1991, resultando um êxodo, da zona rural para os centros urbanos de menor concentração, formado de indivíduos na maioria analfabetos e semi-analfabetos, desprovidos de qualquer habilitação profissional de interesse urbano, e daí para os centros urbanos de maior desenvolvimento, contribuindo para aumentar o exército de desempregados e a criação dos bolsões de miséria da periferia da Capital e cidades mais desenvolvidas do Estado.

As consequências das mudanças nos métodos de produção aparecem nos indicadores divulgados pelo IPLANEC, que registram expansão de crescimento da economia do Ceará de 23,6%, no período 1985/91 superando em longa medida, tanto a região nordeste, que acumulou 15,5% quanto o próprio País, que acusou um incremento de apenas 6,5% no período.

Contribuíram para a alavancada da economia, a modernização

da máquina estadual em termos de administração e, sobretudo, o recrutamento de pessoal habilitado, o reaparelhamento do sistema de arrecadação e as mudanças no sistema fiscal em vigor no País. Estes fatores permitiram ao Estado investir mais agressivamente na infraestrutura e promover incentivos fiscais, associando-se ao Governo Federal, que em muito contribuiu para atrair investidores nacionais e estrangeiros.

Além do apoio governamental e da participação de capitais externos associa-se a capacidade empresarial aliada à criatividade do homem cearense que despertou para exploração da indústria de confecções, que toma vulto a cada novo ano, sendo considerada um Pólo de Moda Nacional. O empresariado despertou também para o turismo, de exploração ainda pouco agressiva e recente, aproveitando-se das condições climáticas e das belezas naturais do território cearense. Tanto a indústria de confecções como a exploração turística são atividades que absorvem, em larga escala, mão-de-obra semi-classificada.

Ainda como indicador de crescimento e mudança da estrutura de produção, temos as estatísticas portuárias que elevam-se a cada período, refletindo-se nos níveis de exportações que no biênio 1990/1991, atingiu 22,6% de aumento no trato de produtos semi-elaborados e elaborados. Por outro lado, as importações cresceram no biênio 1989/1991 12,2% figurando com parcela importante os volumes de bens de capital e de matérias primas.

No tocante à renda, esta assiste a um crescimento acentuado, tendo em vista o referencial do País, com US\$ 2.680 (dois mil, seiscentos e oitenta dólares) "per capita". Em 1991 e o Estado do Ceará alcançou a cifra de US\$ 1.227 (um mil, duzentos e vinte e sete dólares) quando, anteriormente, era de US\$ 1.070 (um mil, e setenta dólares) em 1985, representando um acréscimo de 14,7% no quinquênio (tabela 03).

Algumas regiões apresentam-se com renda "per capita" inferior ao nível internacional de miséria, ou seja, inferior a US\$ 400 (quatrocentos dólares) (Tabela 03). As únicas regiões acima do nível crítico são a RMF, com US\$ 2.640 (dois mil, seiscentos e quarenta dólares), caindo abruptamente, para US\$ 640 (seiscentos e quarenta dólares) na região do Cariri (Tabela 03). Quanto a ótica dos municípios de "per si", as distorções são profundas, partindo de US\$ 6.017 (seis mil e dezessete dólares) do município de Fuzêbio, seguindo de Maracanaú com US\$ 4.568 (quatro mil quinhentos e sessenta e oito dólares), Fortaleza, com US\$ 2.813 (dois mil, oitocentos e treze dólares) tabela 04. Vinte e um municípios ou 11,4 estão abaixo de US\$ 1.500 (um mil e quinhentos dólares) e acima do limite, supra de miséria. Os demais 143 oscilam entre US\$ 397 a US\$ 3 como ilustra a tabela 05 com os municípios mais pobres.

Dos 184 municípios 77,7% estão abaixo do mínimo mundial de sobrevivência, em contraste com o crescimento patrocinado pelo esforço governamental e privado, realçando mais uma vez a grande concentração de renda, existente na região e no Estado, reflexo das políticas de





A realidade educacional do Estado do Ceará apresenta lacunas nas áreas de acesso e qualidade que precisam ser urgentemente trabalhadas, sob pena de se colocar em risco as bases de sustentação da política educacional.

Para que se garanta o percurso e a permanência do aluno na escola em níveis satisfatórios, faz-se necessário resolver as questões que mais interferem no processo e que respondem pelo insucesso escolar, entre as quais se destaca a questão educacional, em qualquer dos seus níveis.

A análise, a seguir, aborda a problemática da oferta/demanda e o movimento escolar nos diversos graus e modalidades de ensino, tendo como referência, não só os dados estatísticos disponíveis, mas também estudos e pesquisas realizadas, além de subsídios das discussões procedidas pela SEDUC, nos seus vários âmbitos de atuação.

Deste modo, procura-se analisar a questão educacional vinculada ao sistema sócio-econômico-político, porque se entende que as próprias contradições internas da educação têm relação direta com tal sistema.

### 1.3.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL

Correspondendo à 1ª etapa da Educação Básica, tem a Educação Infantil ou Pré-Escolar o objetivo de "proporcionar condições para o desenvolvimento físico, psicológico e intelectual da criança, em complementação à ação da família, bem como promover a ampliação de suas experiências e conhecimentos, estimulando seu interesse pelo processo" de transformação da natureza e pela convivência em sociedade".

A Educação Infantil compreende o atendimento, em creches, às crianças de 0 a 3 anos e, em pré-escolas, às crianças de 4 a 6 anos, matriculadas no Jardim e em Classes de Alfabetização.

No Estado do Ceará, segundo dados estimados para 1992, tabela 03 a população de 0 a 4 anos correspondia a 864.772 crianças, devendo, o seu atendimento, ocorrer em creches ou escolas maternais criadas para esse fim e mantidas por instituições oficiais, principalmente a Secretaria do Trabalho e Ação Social, e por iniciativa privada.

Por muito tempo, a Educação Pré-Escolar atendeu, mais especificamente, às faixas de 5 e 6 anos, atrelando-se a duas linhas: uma restrita a "dar prontidão à criança, preparando-a para o processo de leitura e escrita" e, outra, chamada compensatória e de cunho mais social, expressa pelo atendimento não formal; ambas, contudo, sem o pleno entendimento de que aí pode ter início o processo de alfabetização. Ademais, a extinção das chamadas classes de

alfabetização, com a promulgação da Lei 5692/71 e a consequente transferência, para a 1ª série, da tarefa de "ensinar a criança a ler", tiveram graves reflexos no fluxo do 1º grau, notadamente da 1ª para a 2ª série, traduzidos no elevado número de evasão e reprovação. E note-se que, no Ceará, esse comportamento foi assumido somente pelas escolas públicas, mais acentuadamente pela rede estadual. Ao longo da trajetória percorrida pela educação deste Estado, sob a égide da referida Lei, as mais diversificadas estratégias foram desenvolvidas para que as crianças concluíssem a 1ª série dominando a leitura e a escrita. Não sendo alcançado este objetivo, várias escolas estaduais reimplantaram, extra-oficialmente, a classe de alfabetização, razão por que os alunos figuravam nas estatísticas como alunos novos da 1ª série. Só em 1987 a partir do Plano Estadual de Educação 1987/90, foi redirecionada a política de Educação Pré-Escolar e reimplantada a classe de alfabetização.

Tem hoje, a Pré-Escola, função nitidamente sócio-pedagógica. No desenvolvimento dessa função, ela formaliza o início do processo de alfabetização que, segundo Esther Grossi,

[...] "conjuga saber e conhecimento, porque acrescenta ser a quem aprende, isto é, transforma o analfabeto em leitor e escritor, porque integra idéias e existência, as esferas individual e social, e a teoria com a prática".

Nessa perspectiva, indispensável se faz a utilização de mecanismos que assegurem a promoção automática, de forma competente do aluno da Pré-Escola-Alfabetização para a 1ª série e, consequentemente, desta para a 2ª série, descongestionando o fluxo escolar em um dos pontos mais críticos desse percurso, o que permitirá o acesso da população marginalizada à escola.

Considerando a decisão política de que o atendimento prioritário à pré-escola deverá se dar aos 5 e 6 anos, os dados das Tabelas 06 e 07 permitem tecer algumas considerações sobre a matrícula e déficit total do Estado nesta faixa etária.

Em 1992, a matrícula oferecida pelas diversas redes de ensino atingiu aproximadamente 68,2% da demanda, destacando-se a 1ª DERE - Fortaleza, com uma cobertura da ordem de 92,2% de atendimento à clientela desse nível de ensino localizada na região, seguindo-se a região de Itapipoca que atendeu, no mesmo ano, 87,8% da sua clientela.

Uma projeção para o ano 2003, com base no comportamento da matrícula no decênio anterior demonstra que, nesse ano o Estado estaria atendendo 85,5% da população de 5 e 6 anos de idade, na Educação Pré-Escolar, dependendo da decisão política e potencialidade do Estado para intensificar o atendimento a esse nível de ensino.

Considerando-se a matrícula efetiva, do maternal à alfabetização, independente de faixa etária, tabela 08 constata-se que houve, em 1992, uma cobertura de matrícula de 596.496 alunos, dos quais foram atendidos, pela rede estadual, 25% dos alunos da zona



urbana e apenas 1,4 dos alunos da zona rural, cujo total era de 259.628 alunos. Observa-se que, na zona rural, a rede municipal detém 94,9 da matrícula.

O pessoal docente de todas as redes de ensino, responsável pela Educação Pré-Escolar é representado por apenas 35,1% das funções exercidas por profissionais com habilitação para o magistério de 1º grau (curso Normal) e por 3,4% de profissionais com licenciatura plena. Do contingente da rede de ensino estadual - 2.603, que representam 9,4% dos docentes que atuam no pré-escolar, 71,8% detêm formação específica para o magistério de 1º grau (curso Normal) e 18,3%, licenciatura plena. (Ver tabela 09 e 10).

Do exposto se conclui que a Educação Pré-Escolar ainda caminha a passos lentos, com um déficit da ordem de 31,8% de atendimento à clientela de 5 e 6 anos, enfrentando os mesmos problemas dos demais graus e modalidades de ensino, quanto à qualidade dos produtos gerados. Isto se caracteriza por um atendimento ainda quantitativamente inexpressivo, dada inexistência de uma política definida e assumida pelo Estado e pelos municípios, que garanta o cumprimento do que está assegurado constitucionalmente - a prioridade do atendimento ao ensino fundamental e ao pré-escolar, por parte da administração municipal. Ao mesmo tempo, persiste a carência de espaços físicos adequados e de material didático apropriado para o pré-escolar, além da problemática relacionada com a formação e habilitação do professorado para lidar com uma clientela tão específica, que exige profissionais que tenham, além da competência técnica, a prática no relacionamento com crianças que pre-iniciam a vida escolar, necessitando de uma estreita articulação com o ensino fundamental. Esta problemática é mais cruciante na rede de ensino municipal do interior do Estado, em que apenas 24,0% dos professores possuem habilitação específica para o magistério.

### 1.3.2 - ENSINO FUNDAMENTAL

O ensino fundamental ou ensino de 1º grau objetiva a formação básica do cidadão, através do domínio progressivo da leitura, da escrita e do cálculo, enquanto instrumentos para a compreensão e solução dos problemas humanos e o acesso sistemático aos conhecimentos da compreensão das leis que regem a natureza e as relações sociais na sociedade contemporânea e do desenvolvimento da capacidade de reflexão e criação, em busca de uma participação consciente no meio social.

No Ceará, supõe-se que esta função não vem sendo atendida e que, mesmo quantitativamente, a oferta do 1º grau é pouco relevante, considerando-se o estrato prioritário da população - 7 a 14 anos - não admitido na escola.

A situação educacional do Ceará não difere muito dos demais Estados do Nordeste que, apesar de ser a região mais carente do País,



não é exclusiva em apresentar baixa qualidade do ensino. Em termos de atendimento a demanda, no entanto, a situação desta região, no contexto das demais, é preocupante, uma vez que o seu atendimento atinge apenas 78,0% da demanda do ensino fundamental, enquanto as demais regiões cobrem 90,0%.

As questões mais discutidas sobre as implicações que incidem no processo educacional giram em torno de aspectos afetos à quantidade e à qualidade da educação, partes integrantes de um mesmo sistema, sendo, o grande desafio, manter o equilíbrio entre ambas e atender bem a toda clientela potencial da educação, o que é, constitucionalmente, assegurado a todo cidadão brasileiro.

No tocante à demanda que se concentra, de forma prioritária, na população de 7 a 14 anos, tem-se a destacar a grande distância em que o Estado do Ceará se encontra do atendimento aos ditames constitucionais - "ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria", garantindo que "o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo".

Analisando-se os dados referentes ao comportamento da matrícula total do ensino fundamental, no período 1980/1991, constata-se que houve em incremento de apenas 7,6% representados por 76.694 matrículas, o que corresponde a uma média de 6.972 atendimentos novos por ano.

Destacando-se, neste contexto, a clientela de 7 a 14 anos matriculada no 1º grau, identifica-se que o incremento, no mesmo período, foi de 9,6%, ou seja, 71.058 matrículas. Estes dados revelam um descompasso em relação à evolução populacional, nesta mesma faixa etária que, no período, foi da ordem de 16,2%, representada por 185.087 pessoas. Verifica-se que historicamente, tem sido pouco representativa a cobertura de matrícula. (Ver tabela 11).

Esse baixo atendimento ao 1º grau de modo geral, pode ser explicado pela adoção de algumas políticas no Estado, neste período, sendo mais relevantes:

a) a construção de escolas para substituir a Casa da Professora, não significando construir para receber clientela nova;

b) a implantação do programa de educação pré-escolar, utilizando salas de ensino de 1º grau, sem canalizar verbas para a construção de novas salas;

c) a inclusão da matrícula do pré-escolar/alfabetização na matrícula da 1ª série, em 1980.

Tomando-se como referência o ano-base 1992, de acordo com a tabela 12, é importante destacar que a matrícula deste nível de ensino, envolvendo todas as dependências administrativas representou

62,3% do ensino regular nos níveis: Pré-escolar, Fundamental e Médio, registrando-se que dos 1.180.822 alunos matriculados, a rede pública assume 81,7%. Destaque-se que 29,0% dessa matrícula estava, neste ano, concentrada na Capital.

Particularizando-se o atendimento por localização, com base na tabela 13, observa-se que 74,8% dessa mesma matrícula está localizada na zona urbana concentrando-se a maior participação nas séries iniciais que no contexto da zona urbana representam 62,9%, e, na matrícula total 71,0%.

Procedendo-se a essa análise do atendimento pelas diversas dependências administrativas, constata-se que a rede estadual predomina na zona urbana, absorvendo 50,3% da matrícula, enquanto a rede municipal assume 25,8%, ficando a rede particular, com aproximadamente 23,8%. Percebe-se, então, que a participação da rede federal é inexpressiva.

A realidade da zona rural apresenta um quadro inverso, uma vez que a rede municipal praticamente assume a matrícula, com uma participação de 94,4%, distribuindo-se os 5,6% por ordem decrescente, entre as redes de ensino estadual, particular e federal.

Se considerada a clientela atendida nas escolas da rede de ensino estadual, observa-se que o Ensino Fundamental teve uma participação de 68,4% na matrícula total dessa rede de ensino.

Os registros constantes da tabela 11 demonstram que esses dados são pouco significativos, diante da demanda do Ensino Fundamental que apresenta um déficit da ordem de 35,2%, relativo ao exercício/1992, considerando a população de 7 a 14 anos, atendida somente neste grau de ensino.

No entanto, se a matrícula do ensino fundamental nessa faixa estaria for acrescentado o segmento populacional atendido no pré-escolar/alfabetização, o déficit escolar decresce para 14,7%. Estimase que, nos próximos 10 anos, ou seja, até o ano 2003, seja alcançada uma taxa de atendimento a população de 7 a 14 anos, no ensino fundamental, da ordem de 82,5%. Assim o déficit passaria a ser representado por 286.455 crianças e adolescentes. Se mantida a mesma tendência, considerando-se o atendimento ao estrato populacional de 7 a 14 anos, também no pré-escolar/alfabetização, a universalização do atendimento a esta faixa estaria ocorrerá no ano 2001. Nesta perspectiva, constata-se que ao atingir o ano 2003 haverá uma sobrematricula correspondente a 473.079 pessoas, significando que 25,9% da matrícula do ensino fundamental serão constituídos de pessoas fora da faixa etária de 7 a 14 anos. A estimativa até ao ano 2003, foi feita, considerando apenas o atendimento no decênio anterior.

O atendimento ao Ensino Fundamental no município de Fortaleza em 1992, ano-base de referência para análise dos dados estatísticos, neste Plano, traduz uma taxa de escolarização da ordem de 79,4% (ver tabela 14), gerando, consequentemente, um déficit de



20,6%, em relação às 324.217 crianças e adolescentes de 7 a 14 anos da capital. Identificando-se, no entanto, os alunos de 7 a 14 que estão matriculados na pré-escola/alfabetização, a taxa de escolarização cresce para 91,2%, constatando-se que ficaram ainda fora da escola, 28.574 crianças e adolescentes.

Projetando-se a matrícula até o ano de 2003 com a tendência observada historicamente na última década, admite-se que em 1995 toda a clientela de 7 a 14 estaria dentro da escola, considerando o atendimento fundamental e nas classes de pré-escola/alfabetização; e, no ano 2.002 estaria universalizado o ensino fundamental quanto ao atendimento a este estrato populacional.

Esta realidade é preocupante, exigindo a adoção de estratégias que atendam à população demandante, notadamente da zona rural, que vem se concentrando na periferia, não só de Fortaleza, mas polos mais concentradores de oferta de emprego, aos quais, ingenuamente, a população migrante acha que pode ter acesso e as possibilidades de atendimento a outros serviços.

A abordagem sobre a qualidade do ensino far-se-á utilizando-se tanto dados da coorte, onde se analisa a produtividade do ensino, quanto de pesquisas realizadas na área pedagógica.

Uma análise da coorte relativa ao período 1987 a 1994 (ver fluxo escolar), revela que dos 328.319 alunos que ingressaram na 1ª série em 1987, apenas 98.001, ou seja, 26,0% concluíram a 4ª série em 1990, estimando-se que 36.169, o que representa 11,0% concluíram a 8ª série, em 1994. Numa estimativa até 1998, pode-se afirmar que dos 360.373 alunos que iniciaram a 1ª série em 1991, apenas 126.219 (35,0%) concluíram a 4ª série em 1994 e 39.377 (11,0%) atingirão a terminalidade de 8ª série, em 1998.

Os resultados de uma pesquisa realizada em 1990, objetivando a implantação do Sistema de Avaliação do Ensino Básico - SAEB, no Estado, através da aplicação de testes de conhecimento sobre Português e Matemática, envolvendo alunos pertencentes às 1ª, 3ª, 5ª e 7ª séries de escolas das redes de ensino estadual e municipal, localizadas na zona urbana e rural, retratam, em síntese, o seguinte quadro:

- os alunos dominam, em média, menos da metade dos conteúdos considerados mínimos e indispensáveis na série e disciplina que cursam;

- quanto mais os alunos avançam na série, mais baixo tem sido o seu rendimento de aprendizagem, uma vez que, enquanto apenas 20,0% dos alunos das séries iniciais dominam, corretamente, os conteúdos mínimos, a proporção dos que atingem este perfil, nas séries terminais, fica abaixo de 1,0%;

- os alunos de 1ª série, de escolas da zona rural, apresentaram um melhor rendimento em matemática do que os



matriculados em escolas da zona urbana.

Inclui-se, nestes resultados, a pesquisa realizada com os alunos de 4ª e 8ª séries, da rede estadual, só na capital.

São também evidentes os resultados de um estudo comparativo realizado em 20 países sobre competências cognitivas de alunos de 13 anos, do qual o Brasil participou, com uma amostra de alunos de Fortaleza e São Paulo, podendo-se concluir, dos seus resultados, que:

- os alunos do Brasil, quanto aos conhecimentos de Matemática, só ultrapassaram os alunos de Moçambique;
- a média total dos alunos de Fortaleza, na área de ciências, ficou aquém do desempenho dos piores alunos da Coreia, Formosa, Suíça e Hungria, representados por 10,0% do seu total.

A avaliação do desempenho do diretor e do professor, realizada através do SAEB, apresentou resultados que demonstram um alto grau de afastamento destes profissionais da problemática da escola relacionada com o processo ensino-aprendizagem, considerando-se que não se inclui na pauta de suas preocupações, assumir a responsabilidade pelos altos índices de evasão, reprovação e repetência. Estes profissionais atribuem as causas destas distorções a fatores externos à escola, evidenciando-se, nos gerentes, uma maior preocupação com os aspectos administrativos, em detrimento do processo educacional. Infer-se daí que não há uma verdadeira consciência da dimensão dos problemas da escola, relacionados com a sua função substantiva - a educação dos alunos.

Constitui um dos indicadores que explicam a baixa qualidade dos produtos gerados pela educação - o nível de formação dos profissionais, notadamente na rede de ensino municipal. Analisando-se a tabela 15, referente ao número de funções docentes, com exercício no ensino fundamental, identifica-se que na rede de ensino estadual, das 6.708 funções exercidas por professores de 1ª à 4ª série, 94,4% o são por profissionais com formação específica para o magistério, decrescendo, este percentual, nas séries terminais, que fica em torno de 86,3%. Sabe-se que nesta área, há maior invasão de outros profissionais que, mesmo tendo curso superior, não estão habilitados para o magistério, o que contribui em muito para a baixa qualidade do ensino. Na rede de ensino municipal, a situação se revela mais preocupante, uma vez que, do total de 22.151 funções docentes nas séries iniciais, atendendo, basicamente, na zona rural, (71,6%), apenas 34,0% são exercidas por docentes detentores de formação para o magistério. Destaque-se que, nas séries terminais, os alunos são atendidos por 78,7% de professores com habitação para o magistério embora a maioria destes, (62,0%), tenha formação apenas a nível de 2º Grau (Curso Normal).

O quadro descrito que demonstra a situação do ensino fundamental, no Estado, conduz os educadores a uma reflexão sobre as

consequências advindas desta situação que se caracterizam pelo desperdício de recursos por conta do congestionamento do fluxo escolar, mantendo alunos retidos numa mesma série, por anos seguidos. A média do Ceará é o investimento de 27,0 matrículas-ano para formar um aluno do 1º grau. Isto sem considerar a repercussão social da repetência e da evasão na vida do aluno e de sua família, gerando uma sensação de fracasso e de desestímulo à luta pelas conquistas que a vida pode lhe oferecer; a ineficiência produtiva no mercado de trabalho, quando a ele tem acesso; a geração de analfabetos adultos, pela falta de oportunidades educacionais na infância e adolescência, dentre outras questões vitais relacionadas ao processo ensino-aprendizagem.

### 1.3.3 - ENSINO MÉDIO

Como etapa final da educação básica, o ensino médio ou ensino do 2º grau, ao garantir o aprofundamento e a consolidação dos conhecimentos, objetiva a preparação básica do educando para o trabalho e para continuar aprendendo; o desenvolvimento da capacidade de pensamento autônomo e criativo e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos.

Cabe ao Estado assegurar a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do ensino médio, buscando reverter o cenário atual deste nível de ensino, o qual vem apresentando taxas de crescimento de matrícula que sequer acompanham a demanda real, constituída daqueles que concluíram o ensino de 1º grau, ou exames supletivos de 1º grau e dos alunos reprovados na 1ª série do 2º grau.

Analisando-se o atendimento nos municípios, constata-se que, dos 184 municípios cearenses, 161, ou seja, 87,0% já foram contemplados com o ensino de 2º grau. Desses, a rede estadual mantém o 2º grau em 64,0%, destacando-se, entre os cursos ofertados, o de formação para o magistério de 1º grau (Curso Normal).

Além da inexistência da oferta de 2º grau em 23 municípios, é necessário considerar a baixa qualidade do ensino ministrado nos outros 161. Estes, além de não atenderem à demanda desse grau de ensino, por não haver uma racionalização na distribuição das vagas, ainda oferecem cursos não condizentes às potencialidades e necessidades regionais.

Tratando-se da matrícula no intervalo da faixa etária entre 15 e 19 anos no cômputo geral do Estado, identifica-se que, em 1992 foi caracterizado um atendimento de apenas 10,0%, desse segmento populacional, cuja maior concentração se deu na 1ª DRE, com 15,2% de atendimento à população demandante. Nesse mesmo ano, a rede estadual assumiu 55,7% da matrícula total do Estado, independente de faixa etária. (Ver tabelas 16 e 17).

Numa estimativa do comportamento da matrícula nos próximos 10 anos, de acordo com a tabela 18 infere-se que, se não forem



adotadas políticas agressivas para melhorar o atendimento ao Ensino Médio, no ano 2003 ainda persistirá um alto déficit de escolarização neste grau de ensino (87,7%).

Alguns indicadores referentes aos resultados de aprendizagem dos alunos do 2º grau, demonstram que, em 1991, a taxa de evasão atingiu a 21,0%, particularizando-se a zona rural com 11,4%. Se forem considerados os dados somente da rede estadual, a evasão cresce para 26,0% na zona urbana e 8,1% na zona rural.

A matrícula da rede estadual, em 1992, constituiu-se de 11,2% de repetentes, admitindo-se que nesta clientela estão incluídos os reprovados e evadidos dos anos anteriores, evidenciando-se que a taxa de reprovação, em 1991, foi da ordem de 13,9%. As tabelas 19, 20 e 21 registram que demonstram a situação retratada.

As perdas de matrícula - evasão e reprovação - no ensino de 2º grau verificam-se com maior intensidade nos cursos noturnos, que concentram grande parte da matrícula desse grau de ensino, uma vez que todas as escolas de 2º grau da rede estadual funcionam também à noite, atendendo a uma clientela tipicamente de alunos trabalhadores. Existe, neste campo, o agravante de que os cursos noturnos não consideram o saber que advém da experiência do aluno trabalhador. Destaca-se, ainda também, como problema, o fato do curso de formação para o magistério não instrumentalizar o aluno para o exercício competente de sua profissão e, do ensino agrícola ser pouco representativo, não atendendo, portanto, às necessidades regionais.

Fatores internos e externos à escola contribuem para evidenciar esse quadro que caracteriza o 2º grau no Estado, como improdutivo. Entre esses fatores, destacam-se:

- a baixa qualidade da formação dos profissionais do ensino que atuam no 2º grau;

- a carência de professores habilitados, notadamente na área de ciências, pelo desestímulo salarial ao ingresso na carreira do magistério, embora 83,7% dos docentes que atuam no 2º grau sejam detentores de formação de nível superior. (ver tabela 22)

- a falta de integração entre os cursos oferecidos pelas universidades, na área de formação de profissionais do magistério e os cursos profissionalizantes de nível médio, bem como entre estes e o mercado de trabalho, no âmbito do Estado.

- a falta de articulação com as empresas locais e outras instituições governamentais e não governamentais que tenham potencialidades para fortalecer ou complementar os cursos oferecer estágios e outras formas de apoiar tecnicamente os cursos de nível médio;



- a deficiência de suporte infra-estrutural, em termos de instalações físicas e recursos materiais, incluindo-se aí laboratórios, acervo bibliográfico e outros meios indispensáveis à formação científica e tecnológica do educando;

- a ausência de definição de indicadores básicos que referenciem uma avaliação contínua do funcionamento do 2º grau;

- a falta de apoio específico para os cursos noturnos, principalmente quanto à oferta de vagas próximo ao local de trabalho do aluno, à adequação do currículo e metodologia de ensino, às características da clientela bem como a implantação de um calendário escolar flexível, no sentido de favorecer a frequência e permanência do aluno na escola, sem prejudicar a carga horária do curso, nem a qualidade do ensino ministrado.

A partir destas informações, já enfaticamente evidenciadas nos diagnósticos dos Planos Municipais de Educação formulados para os 10 anos subsequentes, serão definidas as políticas a serem implementadas, objetivando melhorar o perfil do 2º grau no Estado do Ceará.

Na área da profissionalização do ensino, a política da Secretaria da Educação do Estado do Ceará - SEDUC -, nos anos anteriores, se restringia exclusivamente a cumprir o que a lei nº 5692/71 determinava para o ensino de 2º grau. Com a lei nº 7044/92 que facultou, aos Estados, a decisão sobre as modalidades de ensino profissionalizante, a oferta de habilitações profissionais caiu significativamente. Em função disso, atualmente apenas 27 escolas de ensino médio da Capital oferecem habilitações profissionais, diversificadas em 08 modalidades técnicas. Destas, 10 escolas ministram o Curso de Habilitação para o Magistério e 08, o curso de Contabilidade. No Interior, observa-se a predominância dos mesmos cursos, ou seja, das 8 habilitações oferecidas, em 113 escolas. Em 76, escolas é ofertado o Curso de Habilitação para o Magistério e em 25, o curso de Contabilidade.

Um estudo realizado sobre a oferta de habilitação, que confere ao aluno um diploma de técnico, pela rede estadual, demonstrou que essa oportunidade não se dá em função dos interesses dos alunos e nem das necessidades do mercado de trabalho local, e sim, das disponibilidades da escola ou do sistema, em termos de recursos humanos qualificados e de equipamentos adequados. Este fato leva a constatação de que, se de um lado, há uma preocupação com a qualidade do ensino, do outro, verifica-se uma distorção quanto ao não atendimento às expectativas da clientela da escola pública.

Portanto, há que se questionar a qualidade dessas modalidades técnicas oferecidas, considerando-se que não se têm indicadores que comprovem a entrada, com sucesso, dos técnicos que

Por outro lado, observa-se que as ações de combate ao analfabetismo, dirigidas para as pessoas de 15 anos e mais, têm sido inconsistentes, sem um acompanhamento efetivo e sem avaliação, gerando, portanto, ao longo do tempo, grandes levas de analfabetos funcionais. Deste resultado, infere-se que o fator qualidade não permeia os cursos de alfabetização desenvolvidos, deixando ao acaso

Analisando o déficit escolar do ensino fundamental projetado até o ano 2003 - tabela nº 11 comparado com a população analfabeta de 15 anos e mais, projetada para o mesmo período - tabela nº 23, observa-se que o déficit anual do ensino fundamental contribui com altos percentuais para o crescimento do analfabetismo, no decênio 94/2003.

Enquanto a oferta não for proporcional à demanda, as taxas de analfabetismo continuarão altas.

Dado estatístico sobre o assunto, revelam que o problema reside na falta de oferta de matrícula, no ensino fundamental, para toda população na faixa etária de 7 a 14 anos.

Sendo o analfabetismo um indicador que demonstra, mais significativamente, o nível de sub-desenvolvimento de um povo, o Estado do Ceará, por apresentar uma taxa de 33,0% de analfabetos no exercício/92, merece um tratamento especial por parte das autoridades educacionais.

Com base no Censo Demográfico/91, a população do Estado, em 1992, foi estimada em 6.470.785 habitantes. Destes, 3.686.904 estão na faixa etária de 15 anos e mais, onde se destaca um segmento de 1.217.705 analfabetos. (Ver tabela 23).

### 1.3.4 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Com isso, conclui-se que haverá maior abertura do sistema, quando as Secretarias de Educação, estadual e municipais, poderão fazer suas programações com maiores possibilidades de acerto.

A proposta da nova Lei de Diretrizes e Bases, em fase final de aprovação, pelo Congresso Nacional, preconiza a profissionalização fora da obrigatoriedade curricular do ensino médio. Com esta Lei, a oferta de ensino profissionalizante será efetivada em Centros ou Núcleos independentes, ou mesmo no próprio estabelecimento de ensino.

Noutra direção, o alto índice de desemprego no Estado é estereótipo, vindo alimentar o mercado informal que avança a passos largos como única forma de sobrevivência de aproximadamente 60% da população do Estado, que vivem em pobreza absoluta.

Concluíram o ensino médio profissionalizante, no mercado de trabalho, ou seja, no mundo da produção.



o preparo do aluno para o exercício da cidadania.

O governo do Ceará, através da SEDUC, vem mantendo uma oferta de cursos e exames supletivos a nível de 1º e 2º graus para a clientela de jovens e adultos "que não tenha seguido ou concluído o ensino regular no todo ou em parte", além dos cursos de alfabetização. Identifica-se esta oferta através da execução de cursos a nível das quatro primeiras séries e das quatro últimas do ensino fundamental e de cursos a nível de 2º grau, onde se inclui o curso de Habilitação de Professores Leigos. Quanto aos exames, anualmente são realizados exames de educação geral a nível de 1º e 2º graus e profissionaisizantes.

O número de pessoas beneficiadas com estas oportunidades é muito pouco representativo, levando-se em conta que a área de abrangência dessas ofertas atinge fundamentalmente as zonas urbanas dos municípios e distritos, com exceção do curso de Habilitação de Professores Leigos que beneficia predominantemente a zona rural.

Uma análise crítica da oferta da modalidade Educação de Jovens e Adultos aponta, como causas desse quadro, a ausência de uma política, a nível de Estado, que determine os verdadeiros rumos desse tipo de educação, bem como os poucos recursos que o poder público a ele destina. Isto impede que se faça, conforme as necessidades, a aquisição de material didático para o aluno, treinamento específico e contínuo para os professores e técnicos, construção e reformas adequadas de espaços físicos e um acompanhamento, controle e avaliação sistemáticos a todos os cursos em desenvolvimento. É portanto, uma situação que compromete a qualidade do ensino ministrado.

Merece aqui destaque a oferta de exames supletivos de 1º e 2º graus que abrange todos os municípios do Estado, com sua programação fundamentada em dispositivos legais e éticos e com estrutura técnico-pedagógica capaz de atender a todos que os procuram. As autoridades responsáveis pela educação, no Estado do Ceará, estão conscientes de que a solução para o problema do analfabetismo é a universalização do ensino fundamental, o que depende do estabelecimento e execução de uma política de governo dirigida para tal fim.

Paralela a esta política, há que se tomar algumas medidas que determinem o planejamento e a execução de ações de qualidade para a redução do índice de analfabetismo existente e para a reorganização dos cursos em desenvolvimento e de sua expansão responsável, beneficiando a rede pública de ensino estadual e municipal.

É importante mencionar aqui o fato de que a SEDUC está com uma proposta, a ser implementada a partir de 1994, iniciando-se pela 1ª DER, de reorganização e fortalecimento dos Centros de Estudos

### 1.3.5 - EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que se destina à clientela portadora de necessidades educacionais especiais e deverá ser oferecida, preferencialmente em classes comuns de ensino regular. Poderá, em casos específicos, dependendo do grau da deficiência, o atendimento ser prestado em classes, escolas ou serviços especializados.

Segundo o que está assegurado constitucionalmente a educação especial no Estado, deverá se desenvolver a partir da faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. Sabe-se, também que a escolarização ao deficiente deverá ser oferecida em todos graus de ensino.

Não existe um diagnóstico oficial que caracterize a real situação da educação especial no Brasil. No entanto, segundo estimativas da ONU, 10% da população dos países do nível de desenvolvimento do Brasil, são portadores de deficiência. Com base neste indicador, conclui-se que o Brasil possui aproximadamente 14.730.552 deficientes e o Estado do Ceará, 656.262.

Nessa modalidade de ensino, o Ceará trabalha com deficientes mentais, visuais, auditivos e físicos, atendendo em classes especiais, sala de recursos, escola especial, oficinas pedagógicas, utilizando, ainda o serviço de itinerância para os deficientes visuais.

Em 1992, o atendimento a esta modalidade de ensino atingiu apenas 4.766 alunos, o que representa 0,74% da população deficiente estimada para o Ceará. Desse atendimento, a rede estadual participa com 66,7%, a instância municipal com 3,4%, enquanto a particular assume 29,9%. Registra-se em 1989 um atendimento maior do que o representado nos demais anos da série estudada (tabela 24), embora, a partir do ano seguinte se constate um crescimento gradativo sustentado pela rede de ensino estadual.

Conclui-se que, as estratégias adotadas no Estado para atender ao dispositivo constitucional contido no artigo 208 - III da Constituição Federal de 1988, têm sido muito pouco significativas, quando se constata, pelos dados anteriormente registrados, que o déficit existente é da ordem de 99,26%, se considerada a população portadora de deficiências, estimada para o Estado.

Além da carência ao atendimento a demanda, identificam-se distorções, que se analisadas, revelam consequências sérias, abrindo espaços para algumas medidas que forçosamente deverão ser adotadas para respaldar um trabalho de alcance tão significativo que se propõe a melhorar as condições de adaptação social aos deficientes. Inscrevem-se neste contexto, a pobreza de pesquisas na área, tanto no



âmbito do País e particularmente do Estado, que possibilitem a caracterização, o dimensionamento e a forma como vem sendo tratada a população deficiente do Estado, possibilitando avanços científicos na área; a discriminação na escola e no mercado de trabalho; a carência de professores e outros profissionais devidamente habilitado para este fim; as limitações quanto à preparação das escolas para receberem os deficientes, que vai desde a adequação do espaço físico para acesso, até aos equipamentos, materiais didáticos, processo de avaliação, dentre outros recursos indispensáveis à organização de uma instituição educacional, que vise a atingir à sua verdadeira função social, capaz de gerar produtos de qualidade.

2 - PERSPECTIVAS E POTENCIALIDADES DA  
EDUCAÇÃO NO ESTADO



0 Estado do Ceará, apesar das dificuldades apontadas no diagnóstico educacional, sinaliza novos horizontes para o setor, no período de execução deste plano. A afirmação está pautada na avaliação dos resultados realizados nos últimos anos, e na evolução histórica dos fatos. Sem excluir a educação do contexto sócio - econômico político e cultural do País, é certo que os caminhos a serem perseguidos, nesses próximos anos, são, sem sombra de dúvida, preocupantes. Mas, aliando-se vontade política, capacidade técnica e gerencial, participação da sociedade civil e compromisso institucional, os destinos da educação serão bem mais seguros. Nesta direção a Secretaria de Educação do Estado, aponta as seguintes alternativas, algumas já adotadas:

- Adesão dos diversos segmentos da sociedade, incluindo órgãos governamentais e não governamentais, para o enfrentamento dos graves problemas da educação no Estado;
- Competência técnica e administrativa do Estado e de alguns municípios para desenvolver o trabalho educacional, traduzida na capacidade gerencial e de captação e aplicação adequada de recursos.
- Decisão política do Estado e de alguns municípios, demonstrada através dos Planos Plurianuais, na aplicação de recursos superior ao mínimo obrigatório e nas ações de valorização dos recursos humanos e melhoria do ensino;
- Parque escolar do Estado capaz de absorver parcialmente a demanda escolar, necessitando de recuperação sistêmica, reformas e de expansão em áreas localizadas;
- Planejamento da rede física escolar, como instrumento técnico de racionalização e de ampliação da rede física existente.
- Processo de informatização da SEDUC, DERES e OMEs, em franco desenvolvimento, favorecendo a melhoria da gestão do sistema, o acompanhamento e controle dos investimentos educacionais a nível estadual, municipal e escolar;
- Novo perfil do modelo político gerencial exigido pela sociedade, e organização progressiva de mecanismos de controle e cobrança dos compromissos coletivamente firmados.
- Garantia de continuidade das ações educacionais, evitando a duplicidade de esforços e de recursos, mediante a compatibilização das metas constantes dos planos municipais e do Estado, incluídas no Plano Decenal de Educação para Todos.
- Fortalecimento da gestão escolar, tendo em vista a

• execução de uma proposta pedagógica voltada para as necessidades do aluno e da escola.

• Aplicação do princípio de equidade na alocação e distribuição dos investimentos e demais recursos materiais e técnicos, na rede pública de ensino.

• Atendimento às necessidades e potencialidades do Estado e dos municípios de médio e grande porte, no tocante à formação de mão-de-obra compatível com a demanda do mercado de trabalho nos setores primário, secundário e terciário da região.

• Expansão das oportunidades educacionais, através do aumento da oferta de vagas nas escolas públicas, via sistema convencional e via teleensino, sendo este último uma das prioridades educacionais no Estado do Ceará.

Confirmado o propósito do governo do Estado, através da Secretaria da Educação, como órgão gestor do sistema educacional, de manter uma linha de articulação entre as várias instâncias administrativas e os representantes da sociedade civil, no sentido de atender quantitativa e qualitativamente a demanda escolar, pode-se estabelecer um prognóstico para reduzir o déficit escolar dos vários graus e modalidades de ensino, referenciando-se nos dados constantes da tabela 25.

Considerando-se a prioridade constitucional dada ao Ensino Fundamental, recursos e esforços deverão ser concentrados para que, no decorrer do período previsto para a execução deste plano a matrícula deste nível de ensino seja incrementada, gerando 433.100 novas oportunidades de ingresso à escola, à clientela de 7 a 14 anos, tomando como referência a matrícula do ano-base 1992. Esta alternativa indica um crescimento médio anual, em torno de 3,7%, que o permite atingir o ano 2003 ofertando 1.309.900 matrículas, cobrindo, assim, 80,0% da sua população de 7 a 14 anos.

Quanto ao Ensino Médio, medidas sérias deverão ser adotadas para que sejam criadas novas oportunidades à clientela potencial deste grau de ensino, que em 1992 atendeu apenas 71.399 matrículas à clientela de 15 a 19 anos, o que representa apenas 10,0% da população nesta mesma faixa etária. Tomando-se estes dados como referência, para alcançar o ano 2003 atendendo a 20,0% da população de 15 a 19 anos, a matrícula deverá ser representada por 173.900 adolescentes e jovens. Para atingir este patamar, deverá ser assegurado um crescimento médio anual, de 8,4%, criando, no período 102.501 novas vagas. Para a Educação Pré-Escolar que esta incluída nas prioridades do atendimento pela rede de ensino municipal, após o Ensino Fundamental, estima-se que para o atendimento no ano 2003, a 60,0% da população de 5 anos, com a oferta de aproximadamente 115.600 matrículas, faz-se necessário assegurar um crescimento médio anual, em torno de 1,8% favorecendo à criação de aproximadamente 21.100 novas vagas durante os 11 anos.



sendo o atendimento à população de 6 anos prioritário em relação a de 5 anos, a estimativa é de atingir o ano 2005 atendendo a 80,0% desse estrato populacional, o que representa 146.200 matrículas. Para tanto, deve-se assegurar um crescimento médio anual da ordem de 1,7%, favorecendo a oferta de 24.700 vagas durante o período.

Nesta perspectiva, estima-se que para atingir o patamar previsto para cada nível de ensino, anualmente deverão ser criadas 39.400 vagas no Ensino Fundamental; 9.300 no Ensino Médio e 4.200 no Pré-Escolar, perfazendo um total de 52.900 matrículas. A este total deverão ser acrescentadas 9.800 vagas previstas para o atendimento à Educação de Jovens e Adultos.

Sabe-se, no entanto, que pela tendência observada historicamente no comportamento da matrícula, no Estado, esta não está organizada somente dentro da faixa etária, prevista como prioritária para cada grau de ensino, constatando-se, sobretudo no Ensino Fundamental, uma alta taxa de sobrematrícula, registrada na tabela II, o que exige um aumento dos investimentos para atender a este nível de ensino. Este quadro repercute no ensino médio, cuja clientela real é constituída dos egressos do Ensino Fundamental e dos cursos e exames supletivos a nível de 1º grau.

O alcance destas pretensões exigirá investimentos relacionados à organização e/ou ampliação do parque escolar existente, redimensionamento, ampliação e capacitação de recursos humanos, provisionamento de equipamentos e material didático, racionalização e modernização das estruturas administrativas, dentre outras ações que serão detalhadas e orçadas anualmente, com base em indicadores que serão dimensionadas de acordo com as carências localizadas, o que se obterá, de forma concreta, através da chamada escolar anual, em cada município. Este procedimento agregado ao planejamento da rede física e melhoria do fluxo escolar, contribuirá para reduzir as distorções existentes quanto à utilização do parque escolar. Os dados estatísticos referentes ao exercício 1993, revelam que se a atual capacidade física instalada no Estado estivesse racionalmente distribuída, das 46.155 salas existentes, a matrícula de 1993 só estaria ocupando 52,1%, conforme demonstra a tabela 26, cujos dados revelam uma ociosidade de espaço físico da ordem de 45,2% na zona urbana e 51,7% na zona rural.

Do exposto se conclui que a expansão do parque escolar só deverá ocorrer mediante um estudo da sua situação atual, utilizando os dados do mapeamento escolar, atualmente em execução pela SEDUC, acompanhado de uma distribuição racional da matrícula, a partir de uma negociação entre os responsáveis pelas diversas redes de ensino, identificando-se, a partir daí, que investimentos serão necessários para atender a demanda existente.



3 - POLÍTICAS E DIRETRIZES PARA O SETOR  
EDUCACIONAL DO ESTADO

Historicamente, as instituições de Educação Pública não têm atendido as expectativas e demandas da sociedade, em suas aspirações básicas. Assim, fica evidente que se faz necessária a definição de políticas estaduais que atendam as aspirações sociais, de modo a traduzi-las em objetivos e metas claras, capazes de orientar os planos de trabalho nos vários segmentos da sociedade.

Somam-se, estes aspectos, aqueles decorrentes de conquistas políticas, oriundas de uma nova ordem sócio-constitucional e do avanço da ciência e da tecnologia. Todos esses aspectos, aliados ao diagnóstico da realidade educacional cearense, revelam que urge ser a educação tratada como a prioridade das prioridades, onde o discurso oficial ceda lugar às ações efetivas de atendimento às demandas sociais da educação e à agilização dos fluxos e processos gerenciais, de forma a envolver a participação responsável dos segmentos sociais.

A educação, enquanto componente capaz de contribuir para o desenvolvimento dos cidadãos, cumpre também o papel de transmissora e apropriadora do saber, promovendo "passagens" de um estágio a outro na vida desses cidadãos. A medida que a educação cumpre suas tarefas e função social, possibilita ao homem o desenvolvimento da capacidade de interagir com seu próprio meio, integrando-se a ele e participando dos processos de lutas e barganhas sociais, na construção coletiva da sociedade.

Apropriar-se desse conhecimento sistemático e universal, já é um passo fundamental na direção da liberdade de pensar e agir do homem. Nesse sentido, o conhecimento, segundo a professora Guiomar N. de Melo, pode ser traduzido, pelo menos, nos seguintes pontos:

- aquisição de noções corretas sobre a origem, a produção e a mudança do mundo físico e da vida social;

- domínio da linguagem na sua forma culta, como ferramenta para organizar e expressar o próprio pensamento, as próprias emoções e compreender as expressões dos outros;

- domínio de outras formas de comunicação e expressão humanas como a música, a literatura, as imagens;

- aquisição de noções corretas de grandezas, números e quantidades que sirvam de base ao desenvolvimento do raciocínio abstrato, lógico, formal e matemático.

Uma escola concebida com essa finalidade deve ter como eixo central, o processo ensino-aprendizagem, que se constitui um meio na formação de hábitos e atitudes que levam à participação na vida social e ao pleno exercício da cidadania. Não deve, a escola restringir a formação do homem ao espaço político, econômico e cultural de sua fronteira regional, já que ele tem que ser orientado numa dimensão de homem livre e cidadão do mundo. Se a educação conseguir transmitir, de forma eficiente e eficaz, essa



tarefa, com certeza terá cumprido seu papel junto a todas as camadas sociais. Sobre tudo, haverá prestado um grande serviço às classes populares.

Diante dos desafios que vêm sendo enfrentados para contornar o quadro crítico delineado no diagnóstico da educação, no Estado, as diretrizes deste Plano deverão orientar o desenvolvimento de ações que terão como vertentes básicas:

# 1 - Escola de Boa Qualidade

## 2 - Valorização dos Profissionais de Ensino

## 3 - Racionalização e Democratização da Gestão do Sistema de Ensino

Nesta perspectiva, a Secretaria da Educação, enquanto, instância que define e gerencia políticas educacionais, compete a coordenação de processos que efetivem a concretização de tais políticas, cabendo-lhe, ainda, um papel articulador de redes, instituições e segmentos sócio-educacionais para o desenvolvimento pleno da educação no Estado. Nesse aspecto, o fortalecimento das alianças e parcerias deve ser uma estratégia perseguida no período, como forma de agregar esforços, compartilhar responsabilidades, e gerar competência interinstitucional e intersetorial, o que na prática, significa operacionalizar o princípio do direito à educação a todos os cidadãos.

Com efeito, trata-se essa política, de um desempenho de estratégia de organização que define com clareza a missão e objetivos de cada órgão.

Papel fundamental cabe às Delegacias Regionais da Educação - DERs, na mediação entre o órgão central do sistema e as demais instâncias, para facilitar o trabalho das escolas. Entende-se que a SEDUC continuará a descentralizar a estratégia operacional, controlando mais os resultados, reduzindo gradativamente o controle, "a priori" e elegendo um sistema para definir metas, indicadores e contratos de cooperação.

No âmbito das relações entre as diversas instâncias educacionais, é necessário portanto, consolidar as medidas descentralizadoras e de desconcentração, a fim de que o poder decisório seja exercido de forma democrática e atenda com maior agilidade às aspirações regionais e locais. Um dos eixos dessa política é o fortalecimento do município, enquanto unidade gestora do sistema da educação.

O propósito do Estado trabalhar em comum acordo com os Municípios, estabelecendo, para tanto, duas vias de encaminhamento que podem assim ser resumidas.

Quanto à primeira, levando-se em conta que muitos

municípios cearenses já dispõem de vontade política e corpo técnico competente, deve-se caminhar para a transferência total dos encargos do 1º grau. Desse modo, desaparece a fronteira entre as diversas escolas públicas, formando-se uma única rede pública de ensino. O elemento-chave dessa proposta será o cálculo do custo-aluno-ano, tomando-se por base uma escola de qualidade, devendo o financiamento federal e estadual pautar-se por esse indicador.

A segunda forma de atuação será conduzida pelo princípio da existência das redes estadual e municipal, envolvendo ações de cooperação técnica e financeira, esta última também baseada no custo-aluno-ano. As ações a serem empreendidas serão definidas a partir de acordos mútuos baseados nas necessidades de cada município.

Outro eixo da política de racionalização e democratização da gestão do ensino é a questão da autonomia escolar. Isto significa mudar o padrão de intervenção do Estado, levando ao fortalecimento da organização da escola.

Essa intervenção compreende uma verdadeira descentralização para que a escola assuma iniciativa, inove e se capacite para a gestão de um projeto que tenha, como identidade, a responsabilidade e o compromisso para:

- definição do tratamento a ser dado aos conteúdos curriculares;
- seleção e aplicação de métodos de ensino;
- decisão sobre o uso mais adequado do tempo e do espaço físico escolar;
- gerenciamento dos recursos humanos, materiais e financeiros;
- integração da escola ao seu meio social;
- adoção de soluções técnicas e pedagógicas para questões da evasão e repetência e do treinamento de seu pessoal;
- prestação de contas e cumprimento dos contratos sobre questões de sua competência;
- controle e avaliação da qualidade do serviço educacional oferecido, dentre outras.

Finalmente, o relacionamento inter-secretarias terá o efeito de congregar esforços e serviços para a redução de despesas e a não duplicação de meios para fins idênticos. Esta questão implica em romper o isolamento das diferentes ações estatais. No intuito de estimular o trabalho conjunto das Secretarias, seria importante a realização de fóruns permanentes, troca de informações entre os órgãos governamentais, iniciando-se pelos dirigentes superiores de

cada Secretaria com atividades afins e se consolidando ao nível dos Secretários, nas áreas de competências das diferentes Secretarias.

Outros interlocutores poderão colaborar nesse processo, em especial as universidades, através de programas os mais diferenciados, desde a busca de integração de atividades básicas, até outras formas de apoio técnico-pedagógico e oferta de disciplinas e estudos que propiciem uma melhor compreensão dos problemas do Estado. Do ponto de vista de cursos relacionados à formação de recursos humanos, as universidades poderão colaborar de forma sistemática na área de treinamento de professores, diretores de escolas, etc, numa ótica em que as escolas sejam mais autônomas, para produção de materiais de ensino, num regime de colaboração em que suas possibilidades técnicas e científicas possam aí ser demonstradas.

Uma empreitada desse nível exige que as instâncias envolvidas na execução deste Plano assumam um compromisso de reforma gerencial em que se integram não apenas as questões estruturais, mas que adote novos padrões de gestão visando maior descentralização de decisão, desconcentração de poder, redistribuição de recursos, fortalecimento das instâncias intermediárias e da instância local.



#### 4 - OBJETIVOS

- Universalizar gradualmente o ensino fundamental e fortalecer o ensino médio e as modalidades de Educação Infantil e Especial numa ação articulada entre União, Estados, Municípios e Setores organizados da Sociedade Civil, mediante a expansão e a racionalização da rede física, com garantia de igualdade de condições para o acesso e a melhoria da qualidade de ensino ministrado.
- Possibilitar a integração progressiva da clientela, maior de 15 anos, não escolarizada, no processo de alfabetização, e assegurar, aos que possuem alguma escolarização a continuidade de estudos e a preparação para o trabalho, buscando a formação da consciência crítica e a ampliação da participação social como condições indispensáveis ao exercício da cidadania.
- Incentivar o compromisso do professor com o a melhoria do processo ensino-aprendizagem, viabilizando a implantação do Plano de Cargos e Carreira, a admissão no sistema exclusivamente por concurso público, a capacitação permanente, condições adequadas de trabalho e salário condigno.
- Favorecer o fortalecimento da gestão do sistema de ensino, a nível central e regional, visando tornar eficiente e produtivo o gerenciamento dos serviços e ações administrativas, financeiras e pedagógicas, no âmbito dos municípios e unidades escolares.

5 - METAS



- 5.1 - Expansão do acesso à Educação Básica, atendendo até o ano 2003:
- no Pré-Escolar - 60,0% da população de 5 anos, a uma taxa média de incremento anual, da ordem de 1,8% e 80,0% da população de 6 anos, incrementando, anualmente 1,7% no atendimento a esta clientela;
  - no Ensino Fundamental - 80,0% da população de 7 a 14 anos, assegurando um crescimento médio anual de 3,7%;
  - no Ensino Médio - 20,0% da população de 15 a 19 anos, favorecendo um acréscimo de 8,4% na matrícula em cada ano;
  - na Educação de Jovens e Adultos - 20,0% da população analisada de 15 a 39 anos, em cursos a nível das quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, assegurando um crescimento médio anual de atendimento em torno de 8,8%.
- 6.2 - Elevação do nível de aprendizagem dos alunos do ensino fundamental, ampliando consequentemente a aprovação e reduzindo a evasão, de forma que, até o ano 2003, 80% das gerações escolares, concluem, com bom proveito, este grau de ensino;
- 6.3 - Melhoria do ensino médio, mantendo uma taxa de aprovação em torno de 80%, até o ano 2003;
- 6.4 - Oferta de capacitação permanente aos profissionais de educação que atuam nos sistemas estadual e municipal, nos âmbitos central, regional e local, garantindo a melhoria da qualidade do ensino oferecido e a consequente redução dos índices de evasão e repetência;
- 6.5 - Aperfeiçoamento da gestão do sistema de ensino, tornando-o mais eficiente e produtivo, no âmbito da escola e das estruturas municipais, regionais e central.



Estratégias para acomodação da demanda e para melhorar o percurso do aluno estão presentes na primeira vertente da política educacional ESCOLA DE BOA QUALIDADE, além da preocupação com a qualidade que deve perpassar todo processo educacional, atingindo a administração do sistema as instituições escolares e à relação que se desenvolve em cada sala de aula.

A área de adequação da demanda ou de acesso deve estar voltada, prioritariamente, para racionalizar o uso e melhorar a capacidade da rede física já instalada. Nesta linha serão adotadas as seguintes medidas:

- realização periódica da chamada escolar como medida de controle e localização da demanda escolar;
- concentração de esforços para integração das redes estadual e municipal e particular, de forma a atender ensino fundamental. Esse esforço traduz-se numa estratégia de racionalização da capacidade instalada, dos recursos humanos existentes, bem como, na caracterização da necessidade de construção de novas escolas, o que deverá ocorrer através do planejamento da rede escolar;

- identificação de tipos e situações para acomodação da demanda quando se torna necessária a construção, e/ou expansão da rede física utilizando-se o seguinte esquema:

- a) construção de escolas para atendimento a demanda da zona rural, prioritariamente nas escolas dos distritos, garantindo o transporte escolar para o deslocamento dos alunos;
- b) em cidades de porte médio com crescimento populacional orientado por movimentos migratórios acentuados ou em bairros que estão sendo povoados gradativamente, as construções deverão apoiar-se em projetos de engenharia que permitam a ampliação paulatina das escolas;

- c) em locais com rede escolar superlotada, cidades de porte médio e área metropolitana, as alternativas orientam-se para a reordenação espacial da rede, com melhorias qualitativas; construções novas, inclusive centros de atendimento integrados.

- Adopção de novas tecnologias na construção e ampliação da rede escolar, a fim de assegurar funcionalidade e adequação dos espaços ao trabalho administrativo, ao desempenho e rendimento pedagógico escolar.

- fortalecimento e expansão dos Centros de Estudos



Supletivos como órgão catalizadores e difusores das ações de educação de jovens e adultos, na região em que estejam inseridos;

- eliminação gradativa das classes multisseriadas e de escolas que funcionam na "casa da professora", através da construção de escolas nas localidades que não permitam o deslocamento dos alunos para as sedes dos distritos e municípios.

- adoção da sistemática de transporte escolar em áreas rarefeitas ou quando o número de alunos, por turma, for reduzido em relação aos padrões básicos estabelecidos;

- adequação dos espaços físicos existentes, com a eliminação de barreiras que comprometem o atendimento dos alunos portadores de deficiências físicas.

- acomodação da demanda de forma a eliminar o(s) turno(s) intermediário(s);

- remanejamento dos alunos de 14 anos e mais que cursam o 1º grau de 5ª a 8ª séries, em turno diurno, para o turno noturno, a fim de ampliar o atendimento aos alunos das séries iniciais no turno diurno,

- aquisição de vagas ociosas na rede particular de ensino, para o atendimento a crianças, jovens e adultos que não obtiverem vagas na rede pública, através de convênios com associações, sindicatos, sociedades religiosas e comunitárias, garantindo-se padrões mínimos de qualidade a serem avaliados periodicamente e, ao mesmo tempo, que a alternativa seja economicamente viável.

- estabelecimento de padrões mínimos e máximos de número de alunos, por turma, de modo a manter ocupado o conjunto das salas de aulas existentes e atingir uma melhor relação professor/aluno;

- garantia, ao turno diurno, de nunca menos de quatro horas e trinta minutos diários de aulas nas séries iniciais do 1º grau, atingindo gradativamente as cinco (05) horas;

- atendimento às condições do aluno do curso noturno quanto à integração trabalho/escola, assegurando-lhe a flexibilidade para o cumprimento de 4 horas diárias;

No sentido de melhorar o percurso serão detectados os entraves ocorridos na passagem dos alunos da 1ª para a 2ª série, da 5ª para a 6ª série da 8ª série para o 1º ano do 2º grau, considerados os pontos de estrangulamento.

A temática do percurso está associada à questão da evasão e

repetência escolar que impedem a regularização do fluxo escolar e têm efeitos danosos sobre a problemática do acesso e da adequação da demanda.

Na linha da melhoria do percurso escolar as estratégias básicas serão orientadas para:

- Implementação da proposta curricular da pré-escola, da classe de alfabetização, do ensino de 1º grau e do 2º grau com os seus conteúdos mínimos estabelecidos a nível central e a sua construção realizada a nível escolar;
- Este enfoque firma-se na valorização das disciplinas fundamentais que instrumentalizam o homem para o domínio dos códigos linguísticos, concentrando-se maior destaque à leitura, escrita, cálculo matemático e conteúdos básicos de ciências e humanidades. Outros conteúdos específicos explicitados na Constituição Estadual (Art. 215, 1º) devem ser tratados de forma integrada aos conteúdos básicos, evitando-se a fragmentação curricular e o tempo escolar.
- enfrentamento da questão da repetência e evasão, na tentativa de regularização da trajetória escolar como estratégia que tem um efeito mais imediato na acomodação de novas "demandas educacionais" e na discussão consequente de uma "pedagogia da repetência", através da criação de um horário "especial", dentro do horário obrigatório, para a realização de exercício de reforço de aula e fixação de aprendizagem, utilizando, principalmente, os dados parciais de rendimento da aprendizagem no decorrer do ano letivo, compatibilizando-os com os do ano anterior;
- realização de estudos e pesquisas aplicadas especialmente à identificação de estratégias operacionais para reduzir a repetência escolar;
- elaboração de diagnóstico para estabelecer pontos para o trabalho com alunos de classes heterogêneas, de forma a garantir a população escolar matriculada, um mínimo de qualidade;
- celebração de acordos ou convênios com entidades governamentais e não governamentais, objetivando a oferta de estágios, ao aluno concluinte do ensino fundamental, mediante comprovação de rendimento satisfatório, ao longo do curso;
- adoção do sistema de monitoria nas classes de 1ª série do 1º grau, utilizado estágio dos alunos do curso Pedagógico das Escolas Normais como uma das formas de reduzir os índices de repetência;
- articulação e celebração de convênio com órgãos que oferecem cursos de preparação para o trabalho tendo em



Vista oferecer, a clientela de jovens e adultos, cursos que a crianciem a concorrer no mercado de trabalho local;

A questao da qualidade de ensino associa-se a tematica do curriculo, ja explicitada no item anterior, e diz respeito tambem a uma serie de acoes que poderao ser viabilizadas atraves de:

- reequipamento e melhoria funcional das escolas publicas e dos orgaos de coordenacao regional e municipal;
- garantia, em tempo habil, aos alunos do ensino fundamental, do livro didatico das disciplinas basicas;
- garantia de merenda e material de apoio as unidades de ensino publico de 1o grau, no inicio de cada semestre letivo, utilizando para tanto, contratos ou acordos com a FAE;
- transformacao de escolas com potencial de qualidade em Centros de Referencia, como espaco de aperfeicoamento em servico para profissionais de educacao e centros de estagio para normalistas;

- instituicao do Sistema de Coordenacao Pedagogica, por Area de Ensino, de forma regionalizado por agrupamento de escolas, objetivando coordenar, orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento das atividades curriculares estabelecidas para cada serie;
- suprimento permanente as escolas, em atendimento as necessidades expressas no seu projeto tecnico-pedagogico-administrativo, mediante a adocao de uma sistematica de repasse de recursos financeiros que favorecam a aquisicao e utilizacao, em tempo habil, dos bens e servicos indispensaveis;

- fortalecimento das salas de leitura/bibliotecas e implantacao dos cantos de leitura a serem utilizados pelo professor e aluno no desenvolvimento das unidades de ensino;
- implantacao de oficinas pedagogicas, preferencialmente nas sedes das DERs e nos municipios que apresentem condicoes objetivanto a confeccao de material didatico e treinamento em servico para os professores;
- aproveitamento dos Centros de Estudos Supletivos - CES existentes, para a producao de material didatico, demonstracao de experiencias pedagogicas, reciclagem e orientacao de professores que nao dispoem de recursos didaticos em suas escolas;
- identificacao e fortalecimento de experiencias pedagogicas



- acompanhamento, controle e avaliação do rendimento escolar, utilizando para tanto, resultados de pesquisas, estudos, na própria escola, encontros e cooperação técnica sistemática.
- significativas existentes, mediante o acompanhamento técnico-pedagógico sistemático às UEs, o suprimento de recursos didáticos e incentivo às escolas e professores envolvidos;

## 6.2 - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Na área de valorização dos profissionais da Educação, serão concentrados esforços na implantação e desenvolvimento de uma política que priorize as seguintes estratégias:

- Identificação das necessidades de recursos humanos, para que, em tempo hábil, eles sejam alocados para suprir o sistema, mediante remanejamento ou através de concursos, em áreas específicos;
- admissão de professores com habilitação de magistério de 1º grau, para lecionar de 1ª à 4ª série do 1º grau, na capital e nas sedes dos Municípios dos estados onde se registre a carência;

- admissão de professores com habilitação específica a nível de 3º grau, para lecionar de 5ª à 8ª série do 1º grau, onde se verifique carência e onde houver disponibilidade de pessoal habilitado;

- manutenção em escolas de zona rural dos professores sem habilitação para o magistério, com formação mínima de 1º grau para lecionar de 1ª à 4ª série, ensinando-lhes habilitação específica para o Magistério, em parceria com as prefeituras municipais, como meio de viabilizar a melhoria da qualidade do ensino fundamental;

- capacitação permanente dos professores e pessoal técnico-administrativo das Secretarias de Educação (Estadual e Municipais), Delegacias Regionais e Unidades Escolares, mediante celebração de convênios com as Universidades e outras agências formadoras;

- recuperação progressiva do poder aquisitivo dos profissionais da educação mediante a elaboração e/ou reformulação, bem como, implantação do Estatuto do Magistério e do Plano de Cargos e Carreira. Tais documentos deverão consignar critérios que agreguem titulação ou habilitação, avaliação de resultados local de trabalho, mérito, produtividade, estabilidade nos termos da

Constituição Federal, além de outros a serem explicitados em lei específicas;

- Elaboração de documento sobre desempenho dos professores, dirigentes e pessoal técnico que atuam a nível central, regional e escolar, mediante processo de avaliação técnica e participação em cursos voltados para a ascensão funcional e reciclagem periódica;

- adoção de formas avançadas de escolha de diretores que assegurem a competência profissional dos candidatos e a participação dos professores, alunos e funcionários da escola, segundo normas estabelecidas;

- oferta de treinamentos sistemáticos aos professores e técnicos que atuam na área da educação de jovens e adultos como forma de realimentação permanente do processo.

### 6.3 - RACIONALIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO DO ENSINO

A Racionalização e Democratização da Gestão do Ensino, enquanto política que se evidencia como necessária a partir do quadro educacional descrito, há que ser considerada no âmbito do sistema, considerando que a formulação deste Plano está calçada numa concepção segundo a qual a educação formal, mais precisamente o processo ensino-aprendizagem, se desenvolve na escola, como fruto de uma ação articulada entre município-instância mais próxima do aluno e de sua família, Estado e União, vale destacar, nesta perspectiva, as estratégias que melhor caracterizam esta conjunção de esforços.

Para a concretização dos dispositivos legais, e o desenvolvimento das competências técnicas e administrativa, espera-se da União:

- A articulação da Política Nacional de educação junto aos demais segmentos do Governo Federal, tendo em vista o cumprimento das prioridades do Plano Nacional de Educação, previstas no Art. 214 da Constituição Federal;
- A coordenação da Política Nacional de Educação a nível dos estados e Municípios mediante cooperação técnica sistemática, de modo a resguardar os princípios de qualidade e equidade nas ações educacionais;

- A redefinição dos instrumentos legais que assegurem a liberação de recursos financeiros aos estados e municípios, via projetos específicos, somente quando estes estiverem compatibilizados com os Planos Plurianuais das referidas instâncias administrativas.



- A adoção de mecanismo para assegurar nos três níveis: união, Estados e Municípios, a continuidade de Programas e Projetos bem sucedidos, bem como o cumprimento das metas obrigatórias voltadas para a melhoria da qualidade do ensino, a valorização dos profissionais da educação e o fortalecimento da gestão do sistema educacional, constante deste Plano Decenal.

Nessa perspectiva, poderão ser adotadas duas estratégias de ação ao nível do Estado:

- A municipalização gradativa do ensino, implantada na sua concepção mais integral, em municípios onde se evidência interesse e compromisso do Gestor Municipal com a causa e onde existe corpo técnico com competência para assumir a responsabilidade que a transferência desses encargos e serviços representa. Nestes municípios, a fronteira entre escola da rede estadual e da rede municipal deve desaparecer, cuidando-se da montagem de uma rede única de escolas públicas. A implantação da municipalização implica na progressiva passagem para o município de serviços e encargos de educação pré-escolar e ensino de 1º grau, fato que já se evidência em alguns municípios do Estado.

- O fortalecimento no âmbito do município, compreendido como a coexistência e manutenção das redes estadual e municipal, envolverá ação efetiva de assistência financeira e cooperação técnica, por parte do Estado, aos Municípios, a fim de que estes melhor se organizem para a gerência de sua rede escolar, buscando-se, também, maior racionalidade na oferta de serviços e formas de apoio.

A compreensão desse enfoque envolve, por parte do Estado, ação de cooperação técnica e assistência financeira nos aspectos de:

Estruturação ou reestruturação de Órgãos Municipais de Educação;

Organização do Sistema de Informações Educacionais no Município;

Orientação para o mapeamento escolar, visando identificar aglomerados populacionais, necessidades de construção e nucleação de escolas e definir a política de educação para o meio rural, incluindo-se ações de assessoria técnica, controle e avaliação da gestão da educação e do ensino;

Definição de normas quanto à reorganização, dos critérios de admissão de docentes e especialistas, revisão dos critérios de matrícula e sua redistribuição no parque escolar, evitando duplicidade de oferta e esforço paralelo;



Concepção, detalhamento e implantação de metodologias para capacitação do professor leigo e reciclagem dos habilitados;

Racionalização da utilização dos recursos humanos, físicos e didáticos de forma a equalizar as oportunidades de melhoria das condições de funcionamento da rede pública escolar.

Realização de estudo para caracterização dos municípios cearenses, estabelecendo-se uma tipificação desses municípios, a partir da qual serão estabelecidas as metas da municipalização do ensino público no Estado do Ceará, tendo em vista as duas vertentes estratégicas adotadas: a da municipalização gradativa do ensino e a do fortalecimento do ensino no âmbito do município.

Proposição de anteprojeto da Lei de Municipalização do ensino à Assembleia Legislativa, num trabalho conjunto com o CEC, partindo da discussão da matéria com representantes das esferas federal, estadual e municipal e com representantes da sociedade civil.

Definição das bases legais e operacionais para a criação de uma Rede Integrada de Ensino Público no âmbito do município, uma concepção conjunta com as municipalidades, com a participação de instituições educacionais e de representantes da sociedade civil, visando criar um suporte institucional que viabilize as ações da municipalização do ensino.

Redefinição do atual Programa de Cooperação Estado/município, tornando-o consonante com a política estadual de municipalização a ser adotada.

Revisão dos instrumentos operacionais, tais como acordos, convênios e projetos, a fim de adequá-los a nova proposta.

Desenvolvimento de um programa de cooperação técnica aos Municípios, abrangendo prioritariamente: implantação ou reestruturação de OME e de Conselhos Municipais de Educação, elaboração/implantação de Estatuto do Magistério e Plano de Carreira, realização de concurso público para admissão de pessoal na área da educação, planejamento da educação no município.

Implantação, na SEDUC e nas DERES, de estruturação e fluxos administrativos para a execução do Programa de Cooperação Estado/Município.

Outras estratégias resultantes das discussões levadas a efeito com os representantes municipais devem ser adotadas:

- Redefinição das relações entre SEDUC, DERES, OMEs e outras agências do Estado; entre as DERES e outras instituições educacionais dos municípios sob sua jurisdição e entre as redes de ensino público e privado, com vistas ao desenvolvimento de projetos afins;

- Adopção de mecanismos de repasse e gerenciamento dos recursos destinados à educação para as Secretarias Municipais de Educação, com a participação dos conselhos municipais de Educação;
- Criação do fundo da Educação Municipal, com o intuito de fortalecer a gestão do sistema e de racionalizar a utilização dos recursos da educação;
- Fortalecimento do programa de manutenção das escolas públicas, com transferências sistêmicas de recursos para pagamento de despesas mltidas de imediato pagamento;
- Criação de Núcleos de Desenvolvimento de Recursos Humanos nas regiões onde existam Universidades ou outras instituições de nível superior;
- Adopção de incentivos fiscais às empresas que financiareem a educação de jovens e adultos para trabalhadores residentes nas comunidades próximas as respectivas empresas;
- Revitalização das escolas agrícolas existentes e implantação de novas escolas nas regiões que comportedm essa modalidade de ensino;
- Desenvolvimento integrado com a Secretaria de Saúde de um amplo e efetivo programa de atendimento médico-odontológico às crianças das escolas públicas, especialmente quando os exames contínuos da acuidade visual, como forma de prevenção;
- Organização e fortalecimento, da sede da SEDUC, visando a uma assessoria técnico-pedagógica aos municípios, facilitando uma sólida articulação entre as duas instâncias administrativas (Estado e Municípios), e buscando a equidade entre as duas redes de ensino;
- Negociação e entendimento, com vistas à transferência imediata, ao estado, de escolas de 2º grau mantidas pelos municípios, a fim de que estes possam assumir maiores encargos com a pré-escola e o ensino fundamental;
- Levantamento de interesses na área de preparação para o trabalho, na capital e no interior do Estado, junto às escolas e à comunidade, com vistas à implantação e implementação cursos nas diversas modalidades técnicas e de auxiliar técnico do processo de produção;
- Estabelecimento de parcerias com órgãos governamentais e não governamentais, a fim de viabilizar-se estágio para os alunos, em empresas, instituições hospitalares e/ou administrativas, entre outras, como garantia de uma

- Realização de concurso público para suprir as carências de professores, eliminando a sistemática provisoriedade de contratos firmados entre associações e municípios, com essa finalidade;
- Estabelecimento de prioridades para programação, levando em consideração as características e potencialidades da região e dos municípios;
- Articulação entre a SEDUC e representantes municipais para revisão e redirecionamento dos programas de municipalização da merenda escolar e do livro didático;
- Criação de mecanismos para avaliação sistemática do Plano Decenal de Educação, objetivando a concretização das metas nele previstas.



7 - AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA O PERÍODO  
1994/2003

- Construção de creches para ampliar o atendimento à educação infantil;
- Construção de unidades escolares nas localidades de comprovada carência, apontadas pelo planejamento da rede física escolar.
- Construção de ginásios e quadras para o desenvolvimento de atividades sócio-cultural e esportivas.
- Construção de Centros Integrados de atendimento à criança nos locais de maior densidade populacional;
- Construção de prédios para as Secretarias Municipais de educação;
- Ampliação de unidades escolares para a melhoria e expansão do atendimento à demanda escolar mediante a construção de salas, auditórios, cisternas, refeitórios, sanitários, etc;
- Recuperação permanente do parque escolar.
- Equipamento e reequipamento das unidades escolares;
- Implementação da nova Proposta Curricular nas escolas estaduais e municipais;
- Criação de oficinas pedagógicas em escolas situadas nas sedes dos municípios;
- Implantação de Centros de Iniciação Profissional nos municípios de maior demanda e com potencial de geração de emprego;
- Aquisição e distribuição, em tempo hábil do material didático e módulos escolares para os alunos da rede pública;
- Impressão e distribuição de manuais para alunos do Telesistema de ensino;
- Implantação de laboratórios para estudos e pesquisas;
- Implantação de bibliotecas escolares/salas de leitura e renovação do acervo existente;
- Instalação de núcleos avançados do Centro de Estudos Supletivos nos municípios que apresentem maior demanda por esta modalidade de ensino;
- Realização de Censo escolar para controle da oferta e da demanda nos municípios.

#### NA ÁREA DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

- Capacitação permanente dos professores de pré-escolar, 1º e 2º Graus;
- Capacitação sistemática dos orientadores de aprendizagem do Telessistema de ensino;
- Curso de e habilitação para professores leigos;
- Capacitação permanente dos professores de educação especial;
- Curso de aperfeiçoamento para os técnicos, delegados regionais de educação e secretários municipais de educação;
- Cursos de especialização para os professores da rede pública em convênio com as Universidades existentes no próprio Estado e em outros Estados da Federação;
- Treinamento sistemático das merendeiras e pessoal administrativos.
- Implantação e ou implementação do Plano de Cargos e Carreira do Magistério

#### NA ÁREA DE RACIONALIZAÇÃO E GESTÃO DO SISTEMA DE ENSINO

- Aquisição de transportes escolar para o deslocamento de alunos e professores;
- Realização de concurso público para suprir as carências localizadas de recursos humanos nas redes estadual e municipal;
- Implementação do planejamento da rede física escolar nos municípios do Estado;
- Fortalecimento do programa de manutenção das escolas estaduais e municipais;
- Informatização das secretarias municipais da educação;
- Reestruturação técnica-administrativa e financeira das Delegacias Regionais de Educação;
- Reestruturação e fortalecimento do sistema de planejamento educacional.
- Implantação de um Sistema Integrado de Informações gerenciais;
- Criação de uma sistemática de acompanhamento das atividades de ensino - aprendizagem e rendimento escolar, nas redes de ensino estadual e municipal.



8 - FINANCIAMENTO

A execução do PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS será apoiada financeiramente pelos recursos próprios do Estado, (Tesouro Ordinário - TO, Fundo de Desenvolvimento do Ceará - FDC e Fundo Estadual de Educação - FEE), bem como, pelos recursos oriundos do Salário Educação Quota Estadual - SE/QE e do Tesouro Ordinário da União, através do MEC/FNDE, além de recursos de crédito externo. Quanto a este, vale ressaltar o acordo celebrado entre o Estado e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, para implementação do II Projeto de Educação Básica para o Nordeste bem como de outras fontes financeiras.

Os recursos do Projeto Nordeste estão canalizados para ações referentes à melhoria da qualidade do ensino, direcionados para o atendimento à clientela de 1ª a 4ª série do ensino fundamental de escolas das redes de ensino estadual e municipal, visando melhorar o nível de aprendizagem dos alunos e, consequentemente, aumentar as taxas de aprovação, reduzir a evasão e a repetência. Inscrevem-se, também, como prioridades para a aplicação dos recursos oriundos do Projeto Nordeste, as ações destinadas à melhoria da qualidade da gestão educacional.

Dai se conclui que o Projeto Nordeste, ao mesmo tempo em que intensifica e fortalece as ações programadas no PLANO SETORIAL DE EDUCAÇÃO - 1991/1994, constitui também, um instrumento de viabilização do PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO - 1994 - 2003.

A participação dos recursos municipais na execução deste Plano dar-se-á, através de fontes próprias e transferências do MEC e outros, de acordo com os critérios definidos no processo de parceria, respeitando-se os aspectos legais e as potencialidades dos municípios.

Na expectativa de que a implantação deste Plano se faça de forma cooperativa, tanto a administração estadual quanto municipal, deverão desenvolver ações articuladas com outras instituições governamentais e não governamentais, contribuindo estas inclusive, com os encargos financeiros para a educação. Para assegurar o cumprimento das ações previstas é necessário portanto que as diversas instâncias administrativas empreendam esforços no sentido de aplicar na educação, recursos superiores aos tetos mínimos obrigatório, estipulados constitucionalmente.

9 - ESTRUTURA OPERACIONAL DE ACOMPANHAMENTO  
E EXECUÇÃO DO PLANO



O Plano Decenal de Educação Para Todos contará no seu desenvolvimento com a seguinte estrutura operacional:

- Na sede da SEDUC será mantida a Comissão Interinstitucional de Coordenação do Plano, vinculada à Coordenadoria de Planejamento, que garantirá junto às Diretorias, Departamentos e demais órgãos envolvidos, o cumprimento das diretrizes e metas previstas. Sua função será de apoio e acompanhamento ao desenvolvimento do Plano nos diversos níveis. A coordenação dos trabalhos ficará a cargo da equipe técnica da Diretoria de Administração Escolar, responsável pelo desenvolvimento do Programa de Cooperação Estado Município, a qual coordenará o planejamento, execução e acompanhamento do Plano, no âmbito dos Municípios;

- Criação do Conselho Regional nas sedes das DERs, composto por Delegados, Secretários Municipais de Educação e representantes da sociedade civil organizada, para avaliação e controle do Plano. Caberá a esse Conselho, acompanhar e avaliar o desenvolvimento das metas previstas a nível regional, bem como, fazer os encaminhamentos para a correção dos desvios que porventura surgirem no processo;

- A nível Municipal, os Conselhos Municipais de Educação terão função importante na condução do Plano, exercendo o acompanhamento efetivo das diretrizes, metas e ações a nível local e escolar. Não existindo o Conselho, em alguns Municípios, será instituída uma Comissão que assumirá suas mesmas atribuições e competências.

## CONCLUSÃO

A avaliação e o acompanhamento do Plano Decenal de Educação Para Todos serão efetuados com a participação dos municípios, mediante a análise de dados colhidos pela SEDUC, sobre rendimento do aluno, prática docente, gestão escolar e outras informações educacionais complementares, advindas de pesquisas ou estudos técnico-científicos desenvolvidos pelo Ministério da Educação e do Desporto, Universidades, Secretarias de Educação do Estado e dos Municípios, entre outras entidades.

O Plano será igualmente avaliado mediante a realização de seminários, fóruns e reuniões, de iniciativa das DRE's, OME's, Conselhos Municipais de Educação e demais órgãos ou instituições envolvidas com a execução das metas constantes do Plano.

Outro mecanismo que apoiará o controle da execução do Plano será o Sistema de Acompanhamento Informatizado, ora em fase de formulação, por uma equipe técnica da SEDUC.

Esperam os Municípios, pois assim o afirmaram seus representantes, por ocasião dos encontros iniciais para formulação das linhas básicas do Plano, não venha este a constituir-se em mais um documento gerador de expectativas, cujas metas não poderão ser viabilizadas. Isto porque "não existe mais clima no meio do povo para uma chamada à participação, sem o envolvimento e o compromisso efetivo dos governantes."

A tarefa inadiável de superação da crise educacional brasileira é de competência de toda a sociedade, devendo, governo e povo, unir-se em torno do objetivo comum - o resgate da qualidade do ensino.

ANEXOS



- PONTOS CRÍTICOS DA EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS

INCIDÊNCIA

D E S C R I Ç Ã O

|      |                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 30%  | - Existência de um número significativo de escolas funcionando na casa da professora ou em prédios cedidos ou alugados.                                                                                                                                            |
| 70%  | - Problemas de ventilação, iluminação e acústica em grande parte das escolas, em virtude de projetos arquitetônicos inadequados ao desenvolvimento das atividades educacionais.                                                                                    |
| 80%  | - Inexistência de espaços físicos nas escolas para o desenvolvimento de atividades sócio-esportivas-culturais.                                                                                                                                                     |
| 80%  | - Insuficiência de equipamento e mobiliário escolar, especialmente, nas escolas municipais.                                                                                                                                                                        |
| 50%  | - Classes superlotadas com turnos intermediários em algumas escolas e salas ociosas em outras, devido à falta de racionalização no atendimento da demanda e da má distribuição dos prédios escolares, pela ausência do planejamento da rede escolar, no município. |
| 80%  | - Falta de água nas escolas e de condições de armazenamento nos períodos de estiagem.                                                                                                                                                                              |
| 100% | - Má conservação dos prédios escolares.                                                                                                                                                                                                                            |
| 80%  | - Inexistência de ambiente adequado ao funcionamento das bibliotecas/salas de leitura, oficinas pedagógicas e demais atividades relacionadas ao desenvolvimento do currículo.                                                                                      |
| 80%  | - Inexistência de sanitários nas escolas municipais da zona rural.                                                                                                                                                                                                 |
| 70%  | - Carência de professor nas áreas de ciências, recreação, educação artística e com habilitação para o magistério.                                                                                                                                                  |
| 60%  | - Professor ministrando aula em área contrária à sua formação universitária sem preparação específica para o magistério.                                                                                                                                           |
| 60%  | - Falta de reciclagem sistemática para professores e diretores escolares.                                                                                                                                                                                          |
| 80%  | - Baixa qualificação e remuneração dos professores.                                                                                                                                                                                                                |
| 70%  | - Falta de compromisso do educador com a realidade sócio-econômica do aluno.                                                                                                                                                                                       |
| 80%  | - Altos índices de evasão, reprovação e repetência escolar.                                                                                                                                                                                                        |
| 80%  | - Currículo e calendário escolar inadequados à realidade do aluno e às potencialidades regionais.                                                                                                                                                                  |

- PONTOS CRÍTICOS DA EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS

INCIDÊNCIA

D E S C R I Ç Ã O

|      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 80%  | - Escolas despreparadas para adequar o currículo à realidade do trabalhador, especialmente dos que frequentam o ensino noturno.                                                                                                                                                                          |
| 100% | - Deficiência na quantidade, qualidade e entrega do livro e material didático ao aluno.                                                                                                                                                                                                                  |
| 80%  | - Grande índice de analfabetismo, em virtude da baixa oferta de cursos para jovens e adultos.                                                                                                                                                                                                            |
| 60%  | - Ausência de cursos de alfabetização e reciclagem para os trabalhadores, nos setores primário, secundário e terciário.                                                                                                                                                                                  |
| 70%  | - Inexistência de laboratórios e fontes de estudo e pesquisa científica nas escolas.                                                                                                                                                                                                                     |
| 80%  | - Existência de poucas bibliotecas nas escolas e ainda funcionando com acervo desatualizado e com pessoal despreparado.                                                                                                                                                                                  |
| 100% | - Desatualização da programação veiculada pelo Sistema de TV: manuais e cadernos de atividades, não sequenciados em nível de raciocínio crescente; professores inseguros na transmissão dos módulos e atraso na entrega dos manuais no início do ano letivo; má recepção da imagem em vários municípios. |
| 80%  | - Prática de avaliação escolar seletiva e inadequada.                                                                                                                                                                                                                                                    |
| 80%  | - Descumprimento da carga horária mínima obrigatória nas escolas, comprometendo o rendimento do aluno.                                                                                                                                                                                                   |
| 50%  | - Falta de uma programação de reforço permanente para os alunos com dificuldades de aprendizagem.                                                                                                                                                                                                        |
| 70%  | - Ausência de supervisores e orientadores educacionais.                                                                                                                                                                                                                                                  |
| 80%  | - Descontinuidade de estudos dos alunos na zona rural.                                                                                                                                                                                                                                                   |
| 50%  | - Falta de escolas com uma programação especial para atendimento aos alunos portadores de deficiências e dificuldades de aprendizagem.                                                                                                                                                                   |
| 100% | - Desvalorização das práticas de educação física e artística, na formação psicopedagógica.                                                                                                                                                                                                               |
| 100% | - Baixa qualidade e produtividade do ensino médio,                                                                                                                                                                                                                                                       |
| 100% | - Escassez e atraso na liberação das verbas federais destinadas ao desenvolvimento e manutenção da educação básica.                                                                                                                                                                                      |

- PONTOS CRÍTICOS DA EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS

INCIDÊNCIA

D E S C R I Ç Ã O

- Recursos financeiros insuficientes e assistemáticos para a manutenção das escolas públicas. 100%
- Burocracia excessiva no repasse de recursos para os municípios e unidades escolares. 70%
- Ineficiência dos órgãos públicos na alocação dos recursos para aquisição de material didático e para outros investimentos nas unidades escolares. 60%
- Verbas destinadas à educação não gerenciadas pelo órgão Municipal de Educação. 80%
- Má aplicação dos recursos públicos destinados à educação. 70%
- Baixa remuneração dos professores, especialmente da rede municipal. 100%
- Carência de pessoal docente e de serviços nas escolas, especialmente vigias. 70%
- Inexistência de professores para suprir carências dos que se afastam para aposentadoria e licença. 80%
- Constantes trocas de professores nas escolas municipais, pela interferência político-partidária. 60%
- Inexistência de concurso público para o acesso de profissionais à educação. 70%
- Dificuldade no deslocamento dos alunos das escolas da zona rural para a sede do município, pela falta de transporte. 80%
- Falta de terminabilidade dos estudos pela inexistência de escolas de 2º grau que atendam à demanda em termos de quantidade e qualidade. 80%
- Ausência de classes de alfabetização para atendimento a jovens e adultos. 70%
- Muitas escolas funcionando sem regularização/reconhecimento do CEC. 60%
- Inexistência de metas prioritárias e descontinuidade nos projetos bem sucedidos na educação nas três esferas de governo: Federal, Estadual e Municipal. 80%



- PONTOS CRÍTICOS DA EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS

D E S C R I Ç Ã O

INCIDÊNCIA

- Centralização do poder/clientelismo na educação, favorecendo um modelo gerencial autoritário no sistema educacional e escolar. 60%
- Descontinuidade no processo democrático de eleição para diretores. 60%
- Participação pouco efetiva e representativa dos grêmios e associações de pais na gestão escolar. 60%
- Falta de autonomia pedagógica e administrativa das escolas. 70%
- Falta de acompanhamento técnico e pedagógico das DERs aos órgãos Municipais de Educação e às Unidades Escolares da rede estadual. 60%
- Desarticulação entre OMEs e escolas rurais do Município. 50%
- Condições administrativas e técnicas bastantes ultrapassadas, na maioria dos OME's e escolas. 70%
- Falta de atuação efetiva e articulada das Universidades com o Sistema de Educação Municipal, face a sua problemática. 70%
- Merenda escolar insuficiente e fora dos padrões alimentares da região e comunidade. 100%

TABELA 01

## ESTADO DO CEARÁ

POPULAÇÃO URBANA E RURAL DO ESTADO DO CEARÁ E DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA  
1990-1970-1980-1991/2003  
1993

| ANO  | C E A R Á |         |       |         |       | F O R T A L E Z A |       |       |
|------|-----------|---------|-------|---------|-------|-------------------|-------|-------|
|      | A         | B       | %     | C       | %     | D                 | % D/A | % D/B |
| 1960 | 3296366   | 1098901 | 33,34 | 2197465 | 66,66 | 507,108           | 15,38 | 46,15 |
| 1970 | 4361603   | 1780093 | 40,81 | 2581510 | 59,19 | 857,980           | 19,67 | 48,20 |
| 1980 | 5288253   | 2810351 | 53,14 | 2477902 | 46,86 | 1307611           | 24,73 | 46,53 |
| 1991 | 6362620   | 4158020 | 65,35 | 2204561 | 34,65 | 1768637           | 27,80 | 42,53 |
| 1992 | 6470785   | 4308804 | 66,59 | 2161981 | 33,41 | 1809316           | 27,96 | 41,99 |
| 1993 | 6580788   | 4465015 | 67,85 | 2115773 | 32,15 | 1850930           | 28,13 | 41,45 |
| 1994 | 6692661   | 4626893 | 69,13 | 2065668 | 30,87 | 1893501           | 28,29 | 40,92 |
| 1995 | 6806436   | 4794636 | 70,44 | 2011800 | 29,56 | 1937051           | 28,45 | 40,40 |
| 1996 | 6922145   | 4968463 | 71,78 | 1953682 | 28,22 | 1981603           | 28,63 | 39,88 |
| 1997 | 7039822   | 5148592 | 73,14 | 1891230 | 26,86 | 2027180           | 28,79 | 39,37 |
| 1998 | 7159499   | 5303050 | 74,07 | 1856499 | 25,93 | 2073805           | 28,96 | 39,10 |
| 1999 | 7281211   | 5462142 | 75,02 | 1819069 | 24,98 | 2121502           | 29,14 | 38,84 |
| 2000 | 7404992   | 5626006 | 75,98 | 1778986 | 24,02 | 2170296           | 29,31 | 38,58 |
| 2001 | 7530877   | 5794786 | 76,95 | 1736091 | 23,05 | 2220213           | 29,48 | 38,31 |
| 2002 | 7658902   | 5968630 | 77,93 | 1690272 | 22,07 | 2271278           | 29,65 | 38,05 |
| 2003 | 7189103   | 6147689 | 78,93 | 1641414 | 21,07 | 2323517           | 29,83 | 37,79 |

FONTE: CENSOS - 1960, 1970, 1980 e 1991, IBGE E SEDUC/NÚCLEO DE ESTATÍSTICA

NOTA: 1. POPULAÇÃO DE 1992 a 2003 ESTIMADA BELA TAXA DE CRESCIMENTO

TABELA 02  
ESTADO DO CEARÁ  
QUADRO SINÓTICO DA POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA  
1991/2003  
1993

| FAIXA ETÁRIA | LOCAL-<br>ZACAO | 1960    | 1970    | 1980    | 1991    | 1992    | 1993     | 1994    | 1995    | 1996    | 1997    | 1998    | 1999    | 2000    | 2001    | 2002    | 2003    |
|--------------|-----------------|---------|---------|---------|---------|---------|----------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| 0 A 4 ANOS   | URBANA          | 169910  | 273723  | 386578  | 527865  | 547002  | 566633   | 587383  | 608678  | 630745  | 653612  | 673220  | 693417  | 714219  | 735645  | 757714  | 780445  |
|              | RURAL           | 374822  | 469822  | 411820  | 324028  | 317770  | 310978   | 303628  | 296696  | 288125  | 278915  | 273793  | 268273  | 262362  | 256035  | 249278  | 242073  |
| 5 ANOS       | URBANA          | 34422   | 55822   | 70820   | 98588   | 102162  | 105866   | 109704  | 113681  | 117802  | 122073  | 125735  | 129507  | 133392  | 137394  | 141516  | 145762  |
|              | RURAL           | 79278   | 93133   | 81110   | 63024   | 61807   | 60486    | 59056   | 57513   | 55852   | 54067   | 53074   | 52004   | 50858   | 49632   | 48322   | 46925   |
| 6 ANOS       | URBANA          | 34317   | 55590   | 70535   | 96409   | 99904   | 103526   | 107279  | 111168  | 115198  | 119374  | 122955  | 126644  | 130443  | 134356  | 138387  | 142539  |
|              | RURAL           | 79170   | 93007   | 79958   | 53993   | 52950   | 51818    | 50593   | 49271   | 47848   | 46318   | 45467   | 44551   | 43569   | 42518   | 41396   | 40200   |
| 7 A 10 ANOS  | URBANA          | 112474  | 191833  | 293435  | 352451  | 365220  | 378470   | 392191  | 406409  | 421143  | 436411  | 449503  | 462988  | 476878  | 491184  | 505920  | 521098  |
|              | RURAL           | 246815  | 306236  | 279002  | 259774  | 254757  | 249312   | 243420  | 273061  | 230213  | 222854  | 218761  | 214351  | 209628  | 204573  | 199174  | 194217  |
| 7 A 14 ANOS  | URBANA          | 228734  | 370523  | 574533  | 882351  | 914339  | 947487   | 981838  | 1017433 | 1054319 | 1092543 | 1125319 | 1159097 | 1193851 | 1229667 | 1266557 | 1304554 |
|              | RURAL           | 487522  | 572796  | 269877  | 447146  | 438510  | 429138   | 418996  | 408050  | 396262  | 383595  | 376551  | 368959  | 360829  | 352128  | 342835  | 332925  |
| 15 A 19 ANOS | URBANA          | 118091  | 203501  | 354869  | 469464  | 486484  | 504121   | 522398  | 541337  | 560962  | 581299  | 598738  | 616700  | 635201  | 654257  | 673885  | 694102  |
|              | RURAL           | 226993  | 272044  | 286528  | 235574  | 231024  | 226086   | 220743  | 214976  | 208766  | 202093  | 198382  | 194382  | 190099  | 185515  | 180619  | 175398  |
| 15 A 39 ANOS | URBANA          | 437628  | 689627  | 1135140 | 1684634 | 1745708 | 18008997 | 1874582 | 1942542 | 2012967 | 2085946 | 2148524 | 2212980 | 2279370 | 2347751 | 2418183 | 2490729 |
|              | RURAL           | 808925  | 890675  | 850850  | 732299  | 719136  | 703766   | 687133  | 669182  | 649850  | 629077  | 617524  | 605074  | 591741  | 577473  | 562233  | 545981  |
| E MAIS       | URBANA          | 501786  | 984016  | 1630337 | 2457837 | 2546943 | 2639280  | 2734966 | 2834119 | 2936868 | 3043343 | 3134643 | 3228683 | 3325543 | 3425310 | 3528069 | 3633911 |
|              | RURAL           | 924675  | 1293038 | 1266355 | 1162412 | 1136961 | 1115597  | 1089231 | 1060775 | 1030131 | 997202  | 978889  | 959153  | 938018  | 915401  | 891241  | 865480  |
| TOTAL        | URBANA          | 1098901 | 1780093 | 2810351 | 4158059 | 4308804 | 4465015  | 4626893 | 4794636 | 4968463 | 5148592 | 5303050 | 5462142 | 5626006 | 5794786 | 5968630 | 6147699 |
|              | RURAL           | 2197465 | 2581510 | 2477902 | 2204561 | 2161981 | 2115773  | 2065768 | 2011800 | 1953682 | 1891230 | 1856499 | 1819069 | 1778986 | 1736091 | 1690272 | 1641414 |
| TOTAL GERAL  | ...             | 3296366 | 4361603 | 5288253 | 6362620 | 6470785 | 6580788  | 6692661 | 6806436 | 6922145 | 7039822 | 7159549 | 7281211 | 7404992 | 7530877 | 7658902 | 7789103 |

FONTE : SEDUC / NÚCLEO DE ESTATÍSTICA

POPULAÇÃO TOTAL 1991 - CENSO 1991 - IBGE

NOTA: 1. EXCLUIDAS DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS AS SEGUINTES IDADES:

- 70 ANOS E MAIS E IDADE IGNORADA.
2. NA POPULAÇÃO TOTAL URBANA E RURAL ESTÃO INCLUIDAS TODAS AS FAIXAS DE IDADE INCLUSIVE 70 ANOS E MAIS E IDADE IGNORADA.
3. DADOS ESTIMADOS DE 1992 A 2003 E NAS FAIXAS DE IDADE EM 1991.
4. A POPULAÇÃO TOTAL FOI ESTIMADA PELA TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO FORNECIDA PELO IBGE.
5. A POPULAÇÃO NAS FAIXAS FOI ESTIMADA PELA PARTICIPAÇÃO DE CADA FAIXA NA TOTAL.



| 1985 |                            |       |    | 1991                       |       |  |  |
|------|----------------------------|-------|----|----------------------------|-------|--|--|
| Nº   | A D R                      | US\$  | Nº | A D R                      | US\$  |  |  |
| 0    | CEARÁ                      | 1.070 | 0  | CEARÁ                      | 1.227 |  |  |
| 1    | METROPOLITANA DE FORTALEZA | 2.358 | 1  | METROPOLITANA DE FORTALEZA | 2.640 |  |  |
| 2    | JAGUARIBE/CENTRO SUL       | 544   | 2  | CARIRI                     | 640   |  |  |
| 3    | CARIRI                     | 526   | 3  | SOBRAL/IBIAPINA            | 540   |  |  |
| 4    | LITORAL                    | 515   | 4  | LITORAL                    | 449   |  |  |
| 5    | SOBRAL/IBIAPINA            | 434   | 5  | JAGUARIBE/CENTRO SUL       | 388   |  |  |
| 6    | SERÃO CENTRAL              | 322   | 6  | SERÃO DOS INHAMUNS         | 267   |  |  |
| 7    | SERÃO DOS INHAMUNS         | 161   | 7  | SERÃO CENTRAL              | 228   |  |  |

FONTE: IPLANCE

TABELA 04  
ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
RENDIA INTERNA PER CAPITA DOS VINTE MUNICIPIOS "MAIS RICOS"  
1985 E 1991  
1993

| 1985 |                   |        |    | 1991              |        |      |      |
|------|-------------------|--------|----|-------------------|--------|------|------|
| Nº   | MUNICIPIO         | RENDIA | Nº | MUNICIPIO         | RENDIA | US\$ | US\$ |
| 1    | ICUPUI            | 2017   | 01 | EUZÉBIO           | 6017   |      |      |
| 2    | MARACANAU         | 2946   | 02 | MARACANAU         | 4568   |      |      |
| 3    | FORTALEZA         | 2522   | 03 | FORTALEZA         | 2813   |      |      |
| 4    | AQUIRAZ           | 1754   | 04 | SOBRAL            | 1449   |      |      |
| 5    | RUSSAS            | 1791   | 05 | CRATO             | 1402   |      |      |
| 6    | PARACURU          | 1770   | 06 | PACAJUS           | 1356   |      |      |
| 7    | ARACATI           | 1451   | 07 | BARBALHA          | 1246   |      |      |
| 8    | SOBRAL            | 1424   | 08 | CASCVEL           | 1201   |      |      |
| 9    | CAUCAIA           | 1321   | 09 | JUAZEIRO DO NORTE | 1160   |      |      |
| 10   | BARBALHA          | 1203   | 10 | LIMOEIRO DO NORTE | 1124   |      |      |
| 11   | PACAJUS           | 1146   | 11 | ACARATI           | 1068   |      |      |
| 12   | IGUATU            | 1104   | 12 | ICAPUI            | 1042   |      |      |
| 13   | MARANGUAPE        | 1027   | 13 | FORTIM            | 999    |      |      |
| 14   | ACOPARA           | 914    | 14 | HORIZONTE         | 939    |      |      |
| 15   | MARCO             | 912    | 15 | MARANGUAPE        | 919    |      |      |
| 16   | BREJO SANTO       | 881    | 16 | AQUIRAZ           | 881    |      |      |
| 17   | URUBURETAMA       | 804    | 17 | BARREIRA          | 873    |      |      |
| 18   | JUAZEIRO DO NORTE | 737    | 18 | CAUCAIA           | 838    |      |      |
| 19   | CEORO             | 697    | 19 | IBIAPINA          | 838    |      |      |
| 20   | PACATUBA          | 695    | 20 | IGUATU            | 831    |      |      |

Fonte: IPLANCE

TABELA 05  
 ESTADO DO CEARÁ  
 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
 RENDA INTERNA PER CAPITA DOS VINTE MUNICÍPIOS "MAIS POBRES"  
 1985 E 1991  
 1993  
 A N O S

| Nº              | 1985 | 1991                  |
|-----------------|------|-----------------------|
| MUNICÍPIO       | US\$ | MUNICÍPIO             |
| 1 ITAREMA       | 16   | DEP. IRAPUAN PINHEIRO |
| 2 TAUA          | 22   | NOVO ORIENTE          |
| 3 UMIRIM        | 32   | CHORO                 |
| 4 PORANGA       | 38   | GRAÇA                 |
| 5 CARIRE        | 44   | PIRES FERREIRA        |
| 6 ARMEIROZ      | 46   | TEJUCUOCA             |
| 7 IPAUMIRIM     | 57   | TARRAFAS              |
| 8 ITATIRA       | 58   | ARARENDA              |
| 9 INDEPENDENCIA | 59   | IPAPORANGA            |
| 10 CRUZ         | 64   | ALTO SANTO            |
| 11 APIAIRES     | 68   | ERERE                 |
| 12 CARNAUBAL    | 69   | QUITERIAOPOLIS        |
| 13 VARJOTA      | 72   | SALITRE               |
| 14 COREAU       | 75   | GRANJEIRO             |
| 15 PARAMOTI     | 75   | MIRAIMA               |
| 16 MORRINHO     | 76   | UMARI                 |
| 17 MOCAMBO      | 79   | GENERAL SAMPAIO       |
| 18 ARARIPE      | 81   | GIJOCA DE JERICOCOARA |
| 19 MORAJO       | 81   | ARNEIROZ              |
| 20 IPUERAS      | 82   | PORANGA               |

FONTE: IPLANCE

- 1 - Pop Est/For  
 2 - Pop Geral  
 3 - ADR  
 4 - Per capita dos 20 + ricos  
 5 - Total dos 15 + pobres  
 6 - Per capita dos 20 + pobres



TABELA 06  
ESTADO DO CEARÁ  
POPULAÇÃO DE 5 E 6 ANOS, MATRÍCULA E DÉFICIT DE ESCOLARIZAÇÃO,  
SEGUNDO AS DÊRES  
1992

| D E R E S       | 5 ANOS  |                |         |      | 6 ANOS  |                |         |      |
|-----------------|---------|----------------|---------|------|---------|----------------|---------|------|
|                 | POPULA- |                | DÉFICIT | %    | POPULA- |                | DÉFICIT | %    |
|                 | ÓAO     | MATRI-<br>CULA |         |      | ÓAO     | MATRI-<br>CULA |         |      |
| 1a) FORTALEZA   | 58.430  | 44.117         | 14313   | 24,5 | 55.840  | 51.472         | 4368    | 7,8  |
| 2a) CRATEÚS     | 8.989   | 2.205          | 6784    | 75,5 | 8.170   | 4.603          | 3567    | 43,7 |
| 3a) CRATO       | 6.523   | 3.994          | 2529    | 38,8 | 6.280   | 4.620          | 1660    | 26,4 |
| 4a) IGUAÚ       | 7.076   | 1.729          | 5347    | 75,6 | 6.812   | 4.352          | 2460    | 36,1 |
| 5a) J. DO NORTE | 13.048  | 4.887          | 8161    | 62,5 | 12.288  | 7.199          | 5089    | 41,4 |
| 6a) L. DO NORTE | 4.902   | 2.456          | 2446    | 49,9 | 4.653   | 3.541          | 1112    | 23,9 |
| 7a) QUIXADA     | 7.566   | 3.609          | 3957    | 52,3 | 7.104   | 4.666          | 2438    | 34,3 |
| 8a) RUSSAS      | 7.077   | 4.601          | 2476    | 35,0 | 6.807   | 5.542          | 1265    | 18,6 |
| 9a) S. POMPEU   | 5.228   | 1.672          | 3556    | 68,0 | 3.446   | 2.905          | 541     | 15,7 |
| 10a) SOBRAL     | 16.412  | 9.911          | 6501    | 39,6 | 15.127  | 12.398         | 2729    | 18,0 |
| 11a) TAUÁ       | 3.816   | 1.645          | 2171    | 56,9 | 3.446   | 2.003          | 1443    | 41,9 |
| 12a) TIANGUA    | 6.872   | 3.345          | 3527    | 51,3 | 6.129   | 4.556          | 1573    | 25,7 |
| 13a) ITAPIPOCA  | 13.230  | 8.436          | 4794    | 36,2 | 12.265  | 10.773         | 1492    | 12,2 |
| 14a) ICÓ        | 4.800   | 1.890          | 2910    | 60,6 | 4.487   | 2.828          | 1659    | 37,0 |
| CEARÁ           | 163.969 | 94.497         | 69472   | 42,4 | 152.854 | 121.458        | 31396   | 20,5 |

FONTE: SEDUC/NÚCLEO DE ESTATÍSTICA

TABELA 07  
ESTADO DO CEARÁ  
POPULAÇÃO DE 5 A 6 ANOS, MATRÍCULA E DÉFICIT DE ESCOLARIZAÇÃO,  
1991/2003  
1993

| A N O | 5 ANOS         |                |         |      |                | 6 ANOS         |         |      |
|-------|----------------|----------------|---------|------|----------------|----------------|---------|------|
|       | POPU-<br>LAÇÃO | MATRÍ-<br>CULA | DÉFICIT | %    | POPU-<br>LAÇÃO | MATRÍ-<br>CULA | DÉFICIT | %    |
|       |                | ABS            |         |      |                | ABS            |         |      |
| 1991  | 161.612        | 91013          | 70599   | 43,7 | 150.402        | 111853         | 38549   | 25,6 |
| 1992  | 163.969        | 94497          | 69472   | 42,4 | 152.854        | 121458         | 31396   | 20,5 |
| 1993  | 166.352        |                |         |      | 155.344        |                |         |      |
| 1994  | 168.760        | 100195         | 68565   | 40,6 | 157.872        | 123712         | 34160   | 21,6 |
| 1995  | 171.194        | 105736         | 65458   | 38,2 | 160.439        | 128968         | 31471   | 19,6 |
| 1996  | 173.654        | 111276         | 62378   | 35,9 | 163.046        | 134223         | 28823   | 17,7 |
| 1997  | 176.140        | 116817         | 59323   | 33,7 | 165.692        | 139479         | 26213   | 15,8 |
| 1998  | 178.809        | 122358         | 56451   | 31,6 | 168.422        | 144735         | 23687   | 14,1 |
| 1999  | 181.511        | 127899         | 53612   | 29,5 | 171.195        | 149991         | 21204   | 12,4 |
| 2000  | 184.250        | 133440         | 50810   | 27,6 | 174.012        | 155246         | 18766   | 10,8 |
| 2001  | 187.026        | 138981         | 48045   | 25,7 | 176.874        | 160502         | 16372   | 9,3  |
| 2002  | 189.838        | 144522         | 45316   | 23,9 | 179.783        | 165758         | 14025   | 7,8  |
| 2003  | 192.687        | 150062         | 42625   | 22,1 | 182.739        | 171014         | 11725   | 6,4  |

FONTE: SEDUC/NÚCLEO DE ESTATÍSTICA

NOTA: 1. POPULAÇÃO ESTIMADA DE 91 A 2003  
2. MATRÍCULA ESTIMADA DE 94 A 2003

TABELA 08  
 ESTADO DO CEARÁ  
 EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR  
 MATRÍCULA EFETIVA POR MODALIDADE OFERECIDA, SEGUNDO A  
 LOCALIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA  
 1992

| MATRÍCULA EFETIVA (Em 08/03/92) |                            |          |           |                            |        |         |                            |           |            |        |         |          |           |
|---------------------------------|----------------------------|----------|-----------|----------------------------|--------|---------|----------------------------|-----------|------------|--------|---------|----------|-----------|
| MODALIDADE                      | ZONA URBANA                |          |           | ZONA RURAL                 |        |         | EM GERAL                   |           |            |        |         |          |           |
|                                 | DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA |          |           | DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA |        |         | DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA |           |            |        |         |          |           |
|                                 | FEDERAL                    | ESTADUAL | MUNICIPAL | PARTICULAR                 | TOTAL  | FEDERAL | ESTADUAL                   | MUNICIPAL | PARTICULAR | TOTAL  | FEDERAL | ESTADUAL | MUNICIPAL |
| MATERNA                         | -                          | 671      | 5661      | 13283                      | 19615  | -       | -                          | 4053      | 795        | 4848   | -       | 671      | 9714      |
| JARDIM                          | 356                        | 36297    | 50735     | 64444                      | 151832 | 176     | 1167                       | 42726     | 5219       | 49288  | 532     | 37464    | 93461     |
| ALFABETIZAÇÃO                   | 99                         | 47388    | 73961     | 43973                      | 165421 | 185     | 2441                       | 199715    | 3151       | 205492 | 284     | 49829    | 273676    |
| TOTAL.....                      | 455                        | 84356    | 130357    | 121700                     | 336868 | 361     | 3608                       | 246494    | 9165       | 259628 | 816     | 87964    | 376851    |

FONTE: SEDUC/NÓCLEO DE ESTATÍSTICA



## ms6/cptabela.ln/pag. 4

FONTE: SEDUC/NÚCLEO DE ESTATÍSTICA

TABELA 10  
 ESTADO DO CEARÁ  
 ALFABETIZAÇÃO  
 NÚMERO DE FUNÇÕES DOCENTES EM EXERCÍCIO POR GRAU DE FORMAÇÃO,  
 SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO  
 1992

| DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA LOCALIZAÇÃO |              | FUNÇÕES DOCENTES DO PESSOAL EM EXERCÍCIO |            |          |                       |                     |                     |                       |                       |                                   |    |
|----------------------------------------|--------------|------------------------------------------|------------|----------|-----------------------|---------------------|---------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------------------|----|
|                                        |              | GRAU DE FORMAÇÃO                         |            |          |                       |                     |                     |                       |                       |                                   |    |
|                                        |              | TOTAL                                    |            | 19 GRAU  |                       | 29 GRAU             |                     | 39 GRAU               |                       |                                   |    |
|                                        |              | TOTAL                                    | INCOMPLETO | COMPLETO | MAGISTÉRIO INCOMPLETO | MAGISTÉRIO COMPLETO | OUT. FORM. COMPLETO | LICENCIATURA COMPLETA | LICENCIATURA COMPLETA | LICENCIATURA COMPLETA S/ COMPLETO |    |
|                                        |              |                                          |            |          |                       |                     |                     |                       |                       |                                   |    |
| FEDERAL                                | URBANA TOTAL | 4                                        | 3          | 7        | 2                     | -                   | -                   | -                     | -                     | -                                 | -  |
|                                        | URBANA TOTAL | 1385                                     | 13         | 37       | 1004                  | 21                  | 24                  | 260                   | 17                    | 17                                | 9  |
|                                        | URBANA TOTAL | 1471                                     | 23         | 46       | 1066                  | 21                  | 24                  | 265                   | 17                    | 17                                | 9  |
|                                        | URBANA TOTAL | 2775                                     | 640        | 439      | 1343                  | 166                 | 91                  | 73                    | 18                    | 25                                | 5  |
|                                        | URBANA TOTAL | 14831                                    | 8402       | 2836     | 2774                  | 518                 | 193                 | 78                    | 34                    | 34                                | 5  |
| ESTADUAL                               | URBANA TOTAL | 2000                                     | 149        | 192      | 1240                  | 167                 | 71                  | 144                   | 34                    | 34                                | 3  |
|                                        | URBANA TOTAL | 2139                                     | 199        | 237      | 1268                  | 178                 | 76                  | 144                   | 34                    | 34                                | 3  |
|                                        | URBANA TOTAL | 6164                                     | 805        | 669      | 3587                  | 354                 | 186                 | 477                   | 69                    | 69                                | 17 |
|                                        | URBANA TOTAL | 18450                                    | 8631       | 3121     | 5108                  | 717                 | 293                 | 487                   | 76                    | 76                                | 17 |
|                                        | URBANA TOTAL | 18450                                    | 8631       | 3121     | 5108                  | 717                 | 293                 | 487                   | 76                    | 76                                | 17 |
| MUNICIPAL                              | URBANA TOTAL | 2000                                     | 149        | 192      | 1240                  | 167                 | 71                  | 144                   | 34                    | 34                                | 3  |
|                                        | URBANA TOTAL | 2139                                     | 199        | 237      | 1268                  | 178                 | 76                  | 144                   | 34                    | 34                                | 3  |
|                                        | URBANA TOTAL | 6164                                     | 805        | 669      | 3587                  | 354                 | 186                 | 477                   | 69                    | 69                                | 17 |
|                                        | URBANA TOTAL | 18450                                    | 8631       | 3121     | 5108                  | 717                 | 293                 | 487                   | 76                    | 76                                | 17 |
|                                        | URBANA TOTAL | 18450                                    | 8631       | 3121     | 5108                  | 717                 | 293                 | 487                   | 76                    | 76                                | 17 |
| PARTICULAR                             | URBANA TOTAL | 2000                                     | 149        | 192      | 1240                  | 167                 | 71                  | 144                   | 34                    | 34                                | 3  |
|                                        | URBANA TOTAL | 2139                                     | 199        | 237      | 1268                  | 178                 | 76                  | 144                   | 34                    | 34                                | 3  |
|                                        | URBANA TOTAL | 6164                                     | 805        | 669      | 3587                  | 354                 | 186                 | 477                   | 69                    | 69                                | 17 |
|                                        | URBANA TOTAL | 18450                                    | 8631       | 3121     | 5108                  | 717                 | 293                 | 487                   | 76                    | 76                                | 17 |
|                                        | URBANA TOTAL | 18450                                    | 8631       | 3121     | 5108                  | 717                 | 293                 | 487                   | 76                    | 76                                | 17 |
| TOTAL.....                             |              | 6164                                     | 805        | 669      | 3587                  | 354                 | 186                 | 477                   | 69                    | 69                                | 17 |

FONTE: SEDUC/NÚCLEO DE ESTATÍSTICA

1980-1990-1991/2003  
1993

| ANOS | POPULAÇÃO             |                  | MATRÍCULA NO ENSINO FUNDAMENTAL |           | MATRÍCULA NO PRE-ALFABETIZ-ÇÃO (0) | 7 A 14 ANOS (C) | TOTAL (B) | 7 A 14 ANOS (A) | TOTAL | ANOS |       |         |         |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |
|------|-----------------------|------------------|---------------------------------|-----------|------------------------------------|-----------------|-----------|-----------------|-------|------|-------|---------|---------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
|      | TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO | DEFICIT ABSOLUTO | BRUTA %                         | REAL %    |                                    |                 |           |                 |       |      | BRUTO | REAL    |         |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |
|      |                       |                  |                                 |           |                                    |                 |           |                 |       |      |       |         |         |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |
| 1980 | 5288253               | 1144410          | 1012314                         | 736781(1) | 7625                               | 744406          | 1019939   | 88,5            | 89,1  | 89,1 | 65,0  | 132096  | 124471  | 407625 | 400004 | 275533 | 288073 | 281169 | 304010 | 325024 | 346214 | 360310 | 374406 | 388502 | 402598 | 416695 | 430791 | 444886 | 458982 | 473079 |
| 1990 | 6666651               | 1388368          | 1075982                         | 787909    | 247061                             | 1034970         | 1323043   | 77,5            | 95,3  | 56,8 | 74,5  | 312386  | 65325   | 600459 | 553398 | 288073 | 281169 | 304010 | 325024 | 346214 | 360310 | 374406 | 388502 | 402598 | 416695 | 430791 | 444886 | 458982 | 473079 |        |
| 1991 | 6362620               | 1329497          | 1089008                         | 807839    | 277331                             | 1070646         | 1349627   | 81,9            | 101,5 | 60,8 | 80,5  | 240489  | -20130  | 521658 | 258851 | 281169 | 304010 | 325024 | 346214 | 360310 | 374406 | 388502 | 402598 | 416695 | 430791 | 444886 | 458982 | 473079 |        |        |
| 1992 | 6470785               | 1352849          | 1180822                         | 876812    | 277429                             | 1154241         | 1458251   | 87,3            | 107,8 | 64,8 | 85,3  | 172027  | -105402 | 476037 | 198608 | 304010 | 325024 | 346214 | 360310 | 374406 | 388502 | 402598 | 416695 | 430791 | 444886 | 458982 | 473079 |        |        |        |
| 1993 | 6580788               | 1376625          | 1252543                         | 927519    | 287083                             | 1214602         | 1529626   | 91,0            | 111,8 | 67,4 | 88,2  | 124082  | -163001 | 449106 | 162023 | 325024 | 346214 | 360310 | 374406 | 388502 | 402598 | 416695 | 430791 | 444886 | 458982 | 473079 |        |        |        |        |
| 1994 | 6692661               | 1400834          | 1292254                         | 946040    | 291043                             | 1337083         | 1583297   | 92,2            | 113,0 | 67,5 | 88,3  | 108580  | -182463 | 454794 | 163751 | 346214 | 360310 | 374406 | 388502 | 402598 | 416695 | 430791 | 444886 | 458982 | 473079 |        |        |        |        |        |
| 1995 | 6806436               | 1425483          | 1351348                         | 991038    | 295809                             | 1286847         | 1647157   | 94,8            | 115,6 | 69,5 | 90,3  | 74135   | -221674 | 434445 | 138636 | 360310 | 374406 | 388502 | 402598 | 416695 | 430791 | 444886 | 458982 | 473079 |        |        |        |        |        |        |
| 1996 | 6922145               | 1410443          | 1036037                         | 300576    | 1336613                            | 1711019         | 97,2      | 118,0           | 71,4  | 92,1 | 40138 | -260438 | 414544  | 113968 | 374406 | 388502 | 402598 | 416695 | 430791 | 444886 | 458982 | 473079 |        |        |        |        |        |        |        |        |
| 1997 | 7039822               | 1416138          | 1469537                         | 1081035   | 305342                             | 1386377         | 1774879   | 99,6            | 120,2 | 73,2 | 93,9  | 6601    | -298741 | 395103 | 388502 | 402598 | 416695 | 430791 | 444886 | 458982 | 473079 |        |        |        |        |        |        |        |        |        |
| 1998 | 7159499               | 1501870          | 1528631                         | 1126033   | 310109                             | 1436142         | 1838740   | 101,8           | 122,4 | 75,0 | 95,6  | -26761  | -336870 | 375837 | 402598 | 416695 | 430791 | 444886 | 458982 | 473079 |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |
| 1999 | 7281211               | 1528038          | 1587726                         | 1171031   | 314875                             | 1485906         | 1902601   | 103,9           | 124,5 | 76,6 | 97,2  | -59688  | -37453  | 357007 | 416695 | 430791 | 444886 | 458982 | 473079 |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |
| 2000 | 7404992               | 1554680          | 1646820                         | 1216029   | 319642                             | 1535671         | 1966462   | 105,9           | 126,5 | 78,2 | 98,8  | -92140  | -411782 | 338651 | 430791 | 444886 | 458982 | 473079 |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |
| 2001 | 7530877               | 1581795          | 1705914                         | 1261028   | 324408                             | 1585436         | 2030322   | 107,8           | 128,4 | 79,7 | 100,2 | -124119 | -448527 | 320767 |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |
| 2002 | 7658902               | 1609392          | 1765008                         | 1306026   | 329175                             | 1635201         | 2094183   | 109,7           | 130,1 | 81,2 | 101,6 | -135616 | -484791 | 303366 | -25809 | 458982 | 473079 |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |
| 2003 | 7789103               | 1637479          | 1824103                         | 1351024   | 333941                             | 1684965         | 2158044   | 111,4           | 131,8 | 82,5 | 102,9 | -186624 | -520565 | 286455 | -47486 | 473079 |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |

FONTE: SEDUC/NÚCLEO DE ESTATÍSTICA

NOTA: 1. POPULAÇÃO ESTIMADA DE 1992 A 2003 COM BASE NO CENSO 91

2. MATRÍCULA ESTIMADA DE 1994 A 2003 PELO MÉTODO DOS MÍNIMOS QUADRADOS

1966-01-01 (MS6 - TAB-POP, JO)



POPULAÇÃO TOTAL E DE 7 14 ANOS E MATRÍCULA EFETIVA POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E TIPO DE ENSINO

NOTA : POPULAÇÃO - DADOS ESTIMADOS

AG. 03 (MS6 - TAB POP. JO)

TABELA 13  
ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR  
MATRÍCULA EFETIVA POR SÉRIE, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA  
1992

| MATRÍCULA EFETIVA (08/03/92) |     |        |        |            |        |     |       |          |      |        |     |                            |        |        |         |
|------------------------------|-----|--------|--------|------------|--------|-----|-------|----------|------|--------|-----|----------------------------|--------|--------|---------|
| SÉRIES                       |     |        |        |            |        |     |       |          |      |        |     |                            |        |        |         |
| ZONA URBANA                  |     |        |        | ZONA RURAL |        |     |       | EM GERAL |      |        |     | DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA |        |        |         |
| TOTAL                        | FED | EST    | MUL    | TOTAL      | FED    | EST | MUL   | TOTAL    | FED  | EST    | MUL | TOTAL                      | FED    | EST    | MUL     |
| 1ª SÉRIE                     | 50  | 74920  | 61530  | 39484      | 175984 | 81  | 3147  | 120386   | 1901 | 125515 | 131 | 78067                      | 181916 | 41385  | 301499  |
| 2ª SÉRIE                     | 40  | 65577  | 45166  | 33126      | 143909 | 47  | 2284  | 73594    | 1197 | 77122  | 87  | 67861                      | 118760 | 34323  | 221031  |
| 3ª SÉRIE                     | 09  | 62808  | 34292  | 29371      | 126480 | 39  | 2025  | 47269    | 675  | 50008  | 48  | 64833                      | 81561  | 30046  | 176488  |
| 4ª SÉRIE                     | 06  | 55885  | 25905  | 27545      | 109341 | 26  | 2036  | 28339    | 494  | 30895  | 32  | 57921                      | 54244  | 28039  | 140236  |
| 5ª SÉRIE                     | -   | 68073  | 24751  | 25945      | 118769 | -   | 869   | 5511     | 321  | 6701   | -   | 68942                      | 30262  | 26266  | 125470  |
| 6ª SÉRIE                     | -   | 50594  | 16330  | 20739      | 87663  | -   | 612   | 2968     | 151  | 3731   | -   | 51206                      | 19298  | 20890  | 91394   |
| 7ª SÉRIE                     | -   | 37463  | 11816  | 18078      | 67357  | -   | 366   | 1624     | 117  | 2107   | -   | 37829                      | 13440  | 18195  | 69464   |
| 8ª SÉRIE                     | -   | 29348  | 8002   | 16525      | 53875  | -   | 212   | 1087     | 66   | 1365   | -   | 29560                      | 9089   | 16591  | 55240   |
| TOTAL                        | 105 | 444668 | 227792 | 210813     | 883378 | 193 | 11551 | 280778   | 4922 | 297444 | 298 | 456219                     | 508570 | 215735 | 1180822 |

FONTE: SEDUC/NÚCLEO DE ESTATÍSTICA

**TABELA 14**  
**MUNICÍPIO DE FORTALEZA**  
**POPULAÇÃO, MATRÍCULA, TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO, DÉFICIT E SOBREMATRÍCULA NO ENSINO FUNDAMENTAL**  
**1991/2003**

| OS | POPULAÇÃO | MATRÍCULA NO ENSINO FUNDAMENTAL | MATRÍCULA DE 7 ANOS OU MAIS NO PRE-ALFABET. | CLIENTELA ATENDIDA | TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO | DEFICIT ABSOLUTO | SOBRE-MATRÍCULA | TOTAL |             | 7 A 14 ANOS |                  | 7 A 14 ANOS MENOS DE 14 ANOS |         | B/A   | C/A    | REAL (%) | BRUTA (%) | REAL (%) | BRUTO  | REAL   | B-C    |        |        |        |        |        |        |        |
|----|-----------|---------------------------------|---------------------------------------------|--------------------|-----------------------|------------------|-----------------|-------|-------------|-------------|------------------|------------------------------|---------|-------|--------|----------|-----------|----------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
|    |           |                                 |                                             |                    |                       |                  |                 | TOTAL | 7 A 14 ANOS | 7 A 14 ANOS | MENOS DE 14 ANOS |                              |         |       |        |          |           |          |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |
|    |           |                                 |                                             |                    |                       |                  |                 |       |             |             |                  |                              |         |       |        |          |           |          |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |
| 91 | 1768637   | 316928                          | 312742                                      | 230896             | 40411                 | 271307           | 353153          | 98,7  | 111,4       | 72,8        | 85,6             | 4186                         | -36225  | 86032 | 45621  | 81846    | 84790     | 88760    | 92424  | 95924  | 99423  | 102922 | 106422 | 109921 | 113421 | 116831 | 120420 | 123919 |
| 92 | 1809316   | 324217                          | 342096                                      | 257306             | 38337                 | 295643           | 380433          | 105,5 | 117,3       | 79,4        | 91,2             | -17879                       | -56216  | 66911 | 28574  | 84790    | 88760     | 92424    | 95924  | 99423  | 102922 | 106422 | 109921 | 113421 | 116831 | 120420 | 123919 |        |
| 93 | 1850930   | 331674                          | 367713                                      | 278953             | 38912                 | 317865           | 406625          | 110,8 | 122,6       | 84,1        | 95,8             | -36039                       | -74951  | 52721 | 13809  | 88760    | 92424     | 95924    | 99423  | 102922 | 106422 | 109921 | 113421 | 116831 | 120420 | 123919 |        |        |
| 94 | 1893501   | 339303                          | 376275                                      | 283851             | 45106                 | 328957           | 421381          | 110,9 | 124,2       | 83,6        | 96,9             | -36972                       | -82078  | 55452 | 10346  | 92424    | 95924     | 99423    | 102922 | 106422 | 109921 | 113421 | 116831 | 120420 | 123919 |        |        |        |
| 95 | 1937051   | 347106                          | 395278                                      | 299354             | 48982                 | 348336           | 444260          | 113,9 | 128,0       | 86,2        | 100,4            | -48172                       | -97154  | 47752 | -1230  | 95924    | 99423     | 102922   | 106422 | 109921 | 113421 | 116831 | 120420 | 123919 |        |        |        |        |
| 96 | 1981603   | 355090                          | 414281                                      | 314858             | 52857                 | 367715           | 467138          | 116,7 | 131,6       | 88,7        | 103,6            | -59191                       | -112048 | 40232 | -12625 | 99423    | 102922    | 106422   | 109921 | 113421 | 116831 | 120420 | 123919 |        |        |        |        |        |
| 97 | 2027180   | 363237                          | 433284                                      | 330362             | 56732                 | 387094           | 490016          | 119,3 | 134,9       | 90,9        | 106,6            | -70027                       | -126759 | 32895 | -23837 | 102922   | 106422    | 109921   | 113421 | 116831 | 120420 | 123919 |        |        |        |        |        |        |
| 98 | 2073805   | 371612                          | 452287                                      | 245865             | 60607                 | 406472           | 512894          | 121,7 | 138,0       | 93,1        | 109,4            | -80675                       | -141282 | 25747 | -34860 | 106422   | 109921    | 113421   | 116831 | 120420 | 123919 |        |        |        |        |        |        |        |
| 99 | 2121502   | 380139                          | 471290                                      | 361369             | 64482                 | 425851           | 535772          | 124,0 | 140,9       | 95,1        | 112,0            | -91131                       | -155613 | 18790 | -45692 | 109921   | 113421    | 116831   | 120420 | 123919 |        |        |        |        |        |        |        |        |
| 00 | 2170296   | 388903                          | 490294                                      | 376873             | 68357                 | 445230           | 558651          | 126,1 | 143,6       | 96,9        | 114,5            | -101391                      | -169748 | 12030 | -56327 | 113421   | 116831    | 120420   | 123919 |        |        |        |        |        |        |        |        |        |
| 01 | 2220213   | 397847                          | 509207                                      | 392376             | 72233                 | 464609           | 581440          | 128,0 | 146,1       | 98,6        | 116,8            | -111360                      | -183593 | 5471  | -66762 | 116831   | 120420    | 123919   |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |
| 02 | 2271278   | 406998                          | 528300                                      | 407880             | 76108                 | 483988           | 604408          | 129,8 | 148,5       | 100,2       | 118,9            | -121302                      | -197410 | -882  | -76990 | 120420   | 123919    |          |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |
| 03 | 2323517   | 416339                          | 547303                                      | 423384             | 79983                 | 503367           | 627286          | 131,4 | 150,6       | 101,7       | 120,9            | -130944                      | -210927 | -7025 | -87009 | 123919   |           |          |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |

TE: SEDUC/D.I./NÓCLEO DE ESTATÍSTICA

9: 1 - POPULAÇÃO ESTIMADA DE 1992 A 2003 COM BASE NO CENSO 91-IBGE

2 - MATRÍCULA ESTIMADA DE 1994 A 2003 PELO MÉTODO DOS MÍNIMOS QUADRADOS



ESTADO DO CEARÁ  
ENSINO FUNDAMENTAL  
NÚMERO DE FUNÇÕES DOCENTES EM EXERCÍCIO POR GRAU DE FORMAÇÃO,  
SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO

1 9 9 2

TABELA 15  
ESTADO DO CEARÁ  
ENSINO FUNDAMENTAL

FUNÇÕES DOCENTES DO PESSOAL EM EXERCÍCIO

GRAU DE FORMAÇÃO

3º GRAU

2º GRAU

1º GRAU

SÉRIE DE  
ATUAÇÃO

LOCALIZAÇÃO

T  
A  
T

INCOMPLETO

COMPLETO

MAGISTÉRIO  
COMPLETO

MAGISTÉRIO  
INCOMPLETO

OUT. FORM.  
COMPLETA

LICENCIATURA  
COMPLETA

LICENCIATURA  
INCOMPLETO

COMPLETO SEM  
LICENCIATURA

FEDERAL

1ª A 4ª

SÉRIE

1ª A 4ª

SÉRIE

1ª A 4ª

SÉRIE

1ª A 4ª

SÉRIE

1ª A 4ª

SÉRIE

1ª A 4ª

1ª A 4ª

1ª A 4ª

1ª A 4ª

ag. 09 <MS6 - TAB\_POP.JOB>

TABELA 16  
 ESTADO DO CEARÁ  
 ENSINO MÉDIO  
 POPULAÇÃO E MATRÍCULA NA FAIXA DE 15 A 19 ANOS, TAXA DE ATENDIMENTO  
 E DÉFICIT DE ESCOLARIZAÇÃO POR DERE  
 1 9 9 2

| D E R E S             | DE 15 A 19 ANOS |           | TAXA DE ATENDIMENTO % | D É F I C I T % |
|-----------------------|-----------------|-----------|-----------------------|-----------------|
|                       | POPULAÇÃO       | MATRÍCULA |                       |                 |
| 1a) FORTALEZA         | 290695          | 44279     | 15,2                  | 84,8            |
| 2a) CRATEOS           | 38932           | 1472      | 3,8                   | 96,2            |
| 3a) CRATO             | 29035           | 2604      | 9,0                   | 91,0            |
| 4a) IGUAU             | 31205           | 1812      | 5,8                   | 94,2            |
| 5a) JUAZEIRO DO NORTE | 51267           | 4603      | 9,0                   | 91,0            |
| 6a) LIMOEIRO DO NORTE | 21962           | 1756      | 8,0                   | 92,0            |
| 7a) QUIXADA           | 31847           | 1849      | 5,8                   | 94,2            |
| 8a) RUSSAS            | 26576           | 2339      | 8,8                   | 91,2            |
| 9a) SENADOR POMPEU    | 22396           | 913       | 4,1                   | 95,9            |
| 10a) SOBRAL           | 70836           | 4030      | 5,7                   | 94,3            |
| 11a) TAUÁ             | 14291           | 662       | 4,6                   | 95,4            |
| 12a) TIANGUA          | 26185           | 932       | 3,6                   | 96,4            |
| 13a) ITAPIPOCA        | 47990           | 2670      | 5,6                   | 94,4            |
| 14a) ICÓ              | 14291           | 1478      | 10,3                  | 89,7            |
| C E A R Á             | 717508          | 71399     | 10,0                  | 90,0            |

Fonte: SEDUC/NÓCLEO DE ESTATÍSTICA  
 Nota: POPULAÇÃO ESTIMADA

CP-DÉFIC.ANA

TABELA 17  
ENSINO MÉDIO  
MATRÍCULA EFETIVA POR SÉRIE, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO  
E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA  
1 9 9 2

| MATRÍCULA EFETIVA          |      |       |       |       |                            |     |     |      |       |                            |      |       |       |        |
|----------------------------|------|-------|-------|-------|----------------------------|-----|-----|------|-------|----------------------------|------|-------|-------|--------|
| ZONA URBANA                |      |       |       |       | ZONA RURAL                 |     |     |      |       | EM GERAL                   |      |       |       |        |
| DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA |      |       |       |       | DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA |     |     |      |       | DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA |      |       |       |        |
| FED                        | EST  | MUL   | PART  | TOTAL | FED                        | EST | MUL | PART | TOTAL | FED                        | EST  | MUL   | PART  | TOTAL  |
| 1ª SÉRIE                   | 831  | 31053 | 5385  | 14753 | 52022                      | 158 | 123 | -    | 106   | 387                        | 989  | 31176 | 5385  | 14859  |
| 2ª SÉRIE                   | 690  | 19951 | 3521  | 12255 | 36417                      | 108 | 45  | -    | 114   | 267                        | 798  | 19996 | 3521  | 12369  |
| 3ª SÉRIE                   | 453  | 13637 | 1977  | 10733 | 26800                      | 91  | 81  | -    | 77    | 249                        | 544  | 13718 | 1977  | 10810  |
| 4ª SÉRIE                   | 324  | 752   | 136   | 513   | 1725                       | -   | -   | -    | -     | -                          | 324  | 751   | 136   | 513    |
| TOTAL                      | 2298 | 65393 | 11019 | 38254 | 116964                     | 357 | 249 | -    | 297   | 903                        | 2655 | 65642 | 11019 | 38551  |
|                            |      |       |       |       |                            |     |     |      |       |                            |      |       |       | 117867 |

Fonte: SEDUC/NDCELO DE ESTATÍSTICA

CP\_DEADDM.ANA



TABELA 18  
ESTADO DO CEARÁ  
ENSINO MÉDIO  
POPULAÇÃO MATRÍCULA E DÉFICIT DE 15 A 19 ANOS  
1991/2003  
1993

| ANO  | POPULAÇÃO |              | MATRÍCULA |              | DÉFICIT |      |
|------|-----------|--------------|-----------|--------------|---------|------|
|      | TOTAL     | 15 A 19 ANOS | TOTAL     | 15 A 19 ANOS | ABS     | %    |
| 1991 | 6362620   | 705038       | 106492    | 52188        | 656850  | 92,6 |
| 1992 | 6470785   | 717508       | 117867    | 71399        | 646109  | 90,0 |
| 1993 | 6580788   | 730207       | 131971    | 80956        | 649251  | 88,9 |
| 1994 | 6692661   | 743141       | 128292    | 78699        | 664442  | 89,4 |
| 1995 | 6806436   | 756313       | 133353    | 81804        | 674509  | 89,2 |
| 1996 | 6922145   | 769728       | 138413    | 84908        | 684820  | 89,0 |
| 1997 | 7039822   | 783392       | 143474    | 88012        | 695380  | 88,8 |
| 1998 | 7159499   | 797120       | 148534    | 91116        | 706004  | 88,6 |
| 1999 | 7281211   | 811082       | 153595    | 94221        | 716861  | 88,4 |
| 2000 | 7404992   | 825300       | 158655    | 97325        | 727975  | 88,2 |
| 2001 | 7530877   | 839772       | 163716    | 100429       | 739343  | 88,0 |
| 2002 | 7658902   | 854504       | 168777    | 103534       | 750970  | 87,9 |
| 2003 | 7789103   | 869500       | 173837    | 106638       | 762862  | 87,7 |

FONTE: SEDUC/D.I./NÚCLEO DE ESTATÍSTICA

NOTA : 1 - POPULAÇÃO ESTIMADA DE 1992 A 2003 COM BASE NO CENSO 91/IBGE  
2 - MATRÍCULA ESTIMADA DE 1994 A 2003

CP\MS6 - TAB\_ENS.JO

TABELA 19  
ESTADO DO CEARÁ  
ENSINO MÉDIO

TAXA DE EVASÃO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO A SÉRIE 1 9 9 1

| TAXA DE EVASÃO |                            |       |       |          |       |       |             |       |       |       |       |
|----------------|----------------------------|-------|-------|----------|-------|-------|-------------|-------|-------|-------|-------|
| SÉRIE          | DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA |       |       |          |       |       | TOTAL GERAL |       |       |       |       |
|                | FEDERAL                    |       |       | ESTADUAL |       |       | TOTAL       |       | RURAL |       |       |
|                | TOTAL                      | RURAL | TOTAL | TOTAL    | RURAL | TOTAL | TOTAL       | RURAL | TOTAL | RURAL | TOTAL |
| 1ª             | 27,1                       | 14,1  | 6,8   | 8,3      | 32,2  | 23,2  | 25,7        | -     | 18,1  | 22,5  | 22,5  |
| 2ª             | 19,9                       | 13,6  | 6,8   | 5,9      | 24,5  | 4,9   | 19,4        | -     | 13,8  | 54,8  | 54,8  |
| 3ª             | 9,7                        | 4,6   | 4,7   | 1,4      | 12,0  | 2,4   | 8,1         | -     | 7,4   | 13,7  | 13,7  |
| 4ª             | 27,0                       | -     | 11,9  | -        | 49,1  | -     | 27,3        | -     | 22,7  | -     | -     |
| TOTAL          | 21,0                       | 11,4  | 7,1   | 6,1      | 26,0  | 8,1   | 20,6        | -     | 13,8  | 28,2  | 28,2  |

Fonte: SEDUC/IBRCE DE ESTATÍSTICA

CP-SÉRIE.ANA

TABELA 20  
ESTADO DO CEARÁ  
ENSINO MÉDIO

TAXA DE REPETÊNCIA POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO A SÉRIE  
1 9 9 1

| TAXA DE REPETÊNCIA |                            |       |       |          |       |       |             |       |       |       |       |
|--------------------|----------------------------|-------|-------|----------|-------|-------|-------------|-------|-------|-------|-------|
| SÉRIE              | DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA |       |       |          |       |       | TOTAL GERAL |       |       |       |       |
|                    | FEDERAL                    |       |       | ESTADUAL |       |       | TOTAL       |       | RURAL |       |       |
|                    | TOTAL                      | RURAL | TOTAL | RURAL    | TOTAL | RURAL | TOTAL       | RURAL | TOTAL | RURAL | TOTAL |
| 1ª                 | 12,2                       | 4,4   | 16,5  | 14,8     | 1,6   | 13,5  | -           | -     | -     | -     | -     |
| 2ª                 | 7,2                        | 2,2   | 19,0  | 9,1      | 2,2   | 6,8   | -           | -     | -     | -     | -     |
| 3ª                 | 4,6                        | 1,2   | 13,0  | 6,7      | -     | 2,6   | -           | -     | -     | -     | -     |
| 4ª                 | 4,5                        | -     | 22,5  | 0,3      | -     | 1,5   | -           | -     | -     | -     | -     |
| TOTAL              | 8,8                        | 2,9   | 17,3  | 11,2     | 1,2   | 9,3   | -           | -     | -     | -     | -     |

Fonte: SEDUC/NDCELO DE ESTATÍSTICA

CP-REPET-ANA



TABELA 21  
ESTADO DO CEARÁ  
ENSINO MÉDIO

TAXA DE REPROVAÇÃO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO A SÉRIE

1 9 9 1

| TAXA DE REPROVAÇÃO |                            |       |          |       |           |       |             |       |       |       |       |       |
|--------------------|----------------------------|-------|----------|-------|-----------|-------|-------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| SÉRIE              | DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA |       |          |       |           |       | TOTAL GERAL |       |       |       |       |       |
|                    | FEDERAL                    |       | ESTADUAL |       | MUNICIPAL |       | PARTICULAR  |       | TOTAL | RURAL | TOTAL | RURAL |
|                    | TOTAL                      | RURAL | TOTAL    | RURAL | TOTAL     | RURAL | TOTAL       | RURAL | TOTAL | RURAL | TOTAL | RURAL |
| 1ª                 | 21,6                       | 10,5  | 22,9     | 4,1   | 23,5      | 14,6  | 24,3        | -     | 17,5  | 14,7  | -     | -     |
| 2ª                 | 11,1                       | 2,6   | 22,8     | 1,1   | 12,1      | 4,5   | 13,0        | -     | 8,6   | 2,4   | -     | -     |
| 3ª                 | 5,0                        | 1,2   | 16,7     | -     | 5,6       | -     | 4,2         | -     | 4,1   | 2,9   | -     | -     |
| 4ª                 | 7,6                        | -     | 28,3     | -     | 1,7       | -     | -           | -     | 0,6   | -     | -     | -     |
| TOTAL              | 13,9                       | 4,7   | 22,2     | 2,1   | 15,6      | 4,2   | 16,5        | -     | 10,3  | 7,0   | -     | -     |

Fonte: SEDUC/NÚCLEO DE ESTATÍSTICA

CP-REPRO-ANA

TABELA 22  
ESTADO DO CEARÁ  
ENSINO MÉDIO

NÚMERO DE FUNÇÕES DOCENTES EM EXERCÍCIO POR GRAU DE FORMAÇÃO,  
SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO  
1 9 9 2

| DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA LOCALIZAÇÃO |        | T    | O  | T  | GRAU DE FORMAÇÃO |     |          |    |                       |      |                     |     |                     |      |                       |     |                         |     |                           |      |     |      |
|----------------------------------------|--------|------|----|----|------------------|-----|----------|----|-----------------------|------|---------------------|-----|---------------------|------|-----------------------|-----|-------------------------|-----|---------------------------|------|-----|------|
|                                        |        |      |    |    | 19 GRAU          |     |          |    | 29 GRAU               |      |                     |     | 39 GRAU             |      |                       |     |                         |     |                           |      |     |      |
|                                        |        |      |    |    | INCOMPLETO       |     | COMPLETO |    | MAGISTÉRIO INCOMPLETO |      | MAGISTÉRIO COMPLETO |     | OUT. FORM. COMPLETA |      | LICENCIATURA COMPLETA |     | LICENCIATURA INCOMPLETO |     | COMPLETO SEM LICENCIATURA |      |     |      |
| FEDERAL                                | URBANA | 206  | -  | -  | -                | 30  | 30       | -  | -                     | 174  | 197                 | 2   | 2                   | -    | -                     | 907 | 907                     | 62  | 77                        | 91   | 323 | 590  |
|                                        | TOTAL  | 229  | -  | -  | -                | -   | -        | -  | -                     | -    | -                   | 2   | 2                   | -    | -                     | 907 | 907                     | 62  | 77                        | 91   | 323 | 590  |
|                                        | URBANA | 3295 | 4  | 4  | 13               | 235 | 243      | 1  | 1                     | 1994 | 2009                | 62  | 77                  | 907  | 907                   | 235 | 243                     | 79  | 79                        | 90   | 323 | 590  |
|                                        | TOTAL  | 3334 | 4  | 4  | 14               | 243 | 243      | 1  | 1                     | 1994 | 2009                | 62  | 77                  | 907  | 907                   | 235 | 243                     | 79  | 79                        | 90   | 323 | 590  |
|                                        | URBANA | 1023 | 2  | 2  | 10               | 156 | 161      | 3  | 6                     | 514  | 515                 | 90  | 91                  | 191  | 191                   | 156 | 161                     | 57  | 514                       | 515  | 323 | 590  |
| MUNICIPAL                              | URBANA | 1150 | 6  | 6  | 13               | 348 | 348      | 18 | 18                    | 1820 | 1843                | 323 | 323                 | 590  | 590                   | 323 | 323                     | 90  | 91                        | 191  | 323 | 590  |
|                                        | TOTAL  | 1150 | 6  | 6  | 13               | 348 | 348      | 18 | 18                    | 1820 | 1843                | 323 | 323                 | 590  | 590                   | 323 | 323                     | 90  | 91                        | 191  | 323 | 590  |
|                                        | URBANA | 3325 | 4  | 4  | 13               | 235 | 243      | 1  | 1                     | 1820 | 1843                | 323 | 323                 | 590  | 590                   | 323 | 323                     | 90  | 91                        | 191  | 323 | 590  |
|                                        | TOTAL  | 3348 | 4  | 4  | 14               | 243 | 243      | 1  | 1                     | 1820 | 1843                | 323 | 323                 | 590  | 590                   | 323 | 323                     | 90  | 91                        | 191  | 323 | 590  |
|                                        | URBANA | 7849 | 12 | 12 | 27               | 769 | 782      | 22 | 25                    | 4502 | 4564                | 477 | 493                 | 1688 | 1688                  | 769 | 782                     | 352 | 4502                      | 4564 | 477 | 1688 |
| TOTAL                                  |        | 7849 | 12 | 12 | 27               | 769 | 782      | 22 | 25                    | 4502 | 4564                | 477 | 493                 | 1688 | 1688                  | 769 | 782                     | 352 | 4502                      | 4564 | 477 | 1688 |

Fonte: SEDUC/NÓCLEO DE ESTATÍSTICA

CP\_FUNCIONARIA

TABELA 23  
 ESTADO DO CEARÁ  
 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL E ANALFABETA DE 15 ANOS E MAIS  
 E DE 15 A 39 ANOS E TAXA DE ANALFABETISMO  
 1991/2003  
 1993

| ANO  | POPULAÇÃO TOTAL       |                     |          | POPULAÇÃO ANALFABETA      |                         |          | TAXA DE ANALFABETISMO   |                            |
|------|-----------------------|---------------------|----------|---------------------------|-------------------------|----------|-------------------------|----------------------------|
|      | 15 ANOS E MAIS<br>(A) | 15 A 39 ANOS<br>(B) | B/A<br>% | 15 ANOS E MAIS<br>(C) (1) | 15 A 39 ANOS<br>(D) (1) | D/C<br>% | 15 ANOS E MAIS<br>(C/A) | 15 ANOS A 39 ANOS<br>(D/B) |
| 1991 | 3620249               | 2417933             | 66,8     | 1189165                   | 686498                  | 57,7     | 32,8                    | 28,4                       |
| 1992 | 3686904               | 2464844             | 66,9     | 1217705                   | 701601                  | 57,6     | 33,0                    | 28,5                       |
| 1993 | 3754877               | 2512763             | 66,9     | 1246930                   | 717036                  | 57,5     | 33,2                    | 28,5                       |
| 1994 | 3824197               | 2561715             | 67,0     | 1276856                   | 732811                  | 57,4     | 33,4                    | 28,6                       |
| 1995 | 3894894               | 2611724             | 67,1     | 1307501                   | 748933                  | 57,2     | 33,6                    | 28,7                       |
| 1996 | 3966999               | 2662817             | 67,1     | 1338881                   | 765409                  | 57,2     | 33,7                    | 28,7                       |
| 1997 | 4040545               | 2715023             | 67,2     | 1371014                   | 782248                  | 57,1     | 33,9                    | 28,8                       |
| 1998 | 4113532               | 2766048             | 67,2     | 1403918                   | 799457                  | 56,9     | 34,1                    | 28,9                       |
| 1999 | 4187836               | 2818054             | 67,3     | 1437612                   | 817045                  | 56,8     | 34,3                    | 29,0                       |
| 2000 | 4263561               | 2871111             | 67,3     | 1472115                   | 835020                  | 56,7     | 34,5                    | 29,1                       |
| 2001 | 4340711               | 2925224             | 67,4     | 1487189                   | 853390                  | 57,4     | 34,3                    | 29,2                       |
| 2002 | 4419310               | 2980416             | 67,4     | 1522882                   | 872165                  | 57,3     | 34,4                    | 29,3                       |
| 2003 | 4499391               | 3036710             | 67,5     | 1559431                   | 891353                  | 57,2     | 34,6                    | 29,4                       |

FONTE: SEDUC/MÓDULO DE ESTATÍSTICA  
 (1) População estimada com base na PNAD de 1989 e 1990.



TABELA 24

ESTADO DO CEARÁ  
MATRÍCULA EFETIVA POR TIPO DE ENSINO, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA  
1988/92  
1993

| TIPO DE ENSINO                   | DEPENDÊNCIA | MATRÍCULA EFETIVA |        |        |        |        |       |       |       |       |       |
|----------------------------------|-------------|-------------------|--------|--------|--------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|
|                                  |             | ADMINISTRATIVA    | 1988   | 1989   | 1990   | 1991   | 1992  | (B/A) | (C/B) | (D/C) | (E/D) |
| PRÉ-ESCOLAR                      | FEDERAL     | 4931              | 1518   | 2111   | 404    | 816    | -69,2 | 39,1  | -80,9 | 102,0 | 3,0   |
|                                  | ESTADUAL    | 61353             | 66597  | 81187  | 85378  | 87964  | 8,5   | 21,9  | 5,2   | 3,0   | -0,2  |
|                                  | MUNICIPAL   | 346081            | 341357 | 383453 | 377425 | 376851 | -1,4  | 12,3  | -1,6  | 30,8  | 12,6  |
|                                  | TOTAL       | 492075            | 486760 | 555610 | 579394 | 596496 | -1,1  | 14,1  | 4,3   | 3,0   | 3,0   |
| ENSINO FUNDAMENTAL 1ª A 4ª SÉRIE | FEDERAL     | 3146              | 1039   | 955    | 927    | 298    | -67,0 | -8,1  | -2,9  | -67,9 | 6,7   |
|                                  | ESTADUAL    | 223831            | 217335 | 263834 | 259108 | 268682 | -2,9  | 21,4  | -1,8  | 3,7   | 4,7   |
|                                  | MUNICIPAL   | 355310            | 358523 | 409227 | 416972 | 436481 | 0,8   | 14,1  | 1,9   | 22,3  | 22,3  |
|                                  | TOTAL       | 690573            | 680652 | 780136 | 786418 | 839254 | -1,4  | 14,6  | 0,8   | 6,7   | 6,7   |
| ENSINO FUNDAMENTAL 5ª A 8ª SÉRIE | FEDERAL     | 1815              | 798    | 560    | 257    | -      | -56,0 | -29,8 | -54,1 | -     | 10,8  |
|                                  | ESTADUAL    | 136294            | 138790 | 166863 | 169223 | 187537 | 1,8   | 20,2  | 1,4   | 10,8  | 10,2  |
|                                  | MUNICIPAL   | 46316             | 51074  | 59993  | 65413  | 72089  | 10,3  | 17,5  | 9,0   | 10,2  | 21,0  |
|                                  | TOTAL       | 256626            | 257521 | 295846 | 302590 | 341568 | 0,3   | 14,9  | 2,3   | 12,9  | 12,9  |
| ENSINO MÉDIO                     | FEDERAL     | 3439              | 3615   | 2697   | 2801   | 2655   | 5,1   | -25,4 | 3,9   | -5,2  | 10,7  |
|                                  | ESTADUAL    | 51594             | 51287  | 55950  | 57571  | 65642  | -0,6  | 9,1   | 2,9   | 14,0  | 14,0  |
|                                  | MUNICIPAL   | 7736              | 8338   | 8263   | 12139  | 11019  | -7,8  | -0,9  | 46,9  | -9,2  | 13,4  |
|                                  | TOTAL       | 101148            | 99407  | 103916 | 106492 | 117867 | -1,7  | 4,5   | 2,5   | 10,7  | 10,7  |
| EDUCAÇÃO ESPECIAL                | FEDERAL     | -                 | -      | -      | -      | -      | -     | -     | -     | -     | -     |
|                                  | ESTADUAL    | 1147              | 2308   | 2124   | 2664   | 3180   | 101,2 | -8,0  | 25,4  | 19,4  | 14,5  |
|                                  | MUNICIPAL   | -                 | -      | 138    | 55     | 162    | -     | -     | -69,9 | 194,5 | -1,2  |
|                                  | TOTAL       | 2244              | 4584   | 1048   | 1442   | 1424   | 104,3 | -77,1 | 37,6  | 194,5 | -1,2  |
| SUPLETIVO                        | FEDERAL     | -                 | -      | -      | -      | -      | -     | -     | -     | -     | -     |
|                                  | ESTADUAL    | -                 | -      | 40601  | 27225  | 53778  | -     | -     | -32,9 | 97,5  | 86,5  |
|                                  | MUNICIPAL   | -                 | -      | 7772   | 9255   | 12933  | -     | -     | 19,1  | 39,7  | 197,5 |
|                                  | TOTAL       | -                 | -      | 1236   | 1191   | 3543   | -     | -     | -3,6  | 197,5 | 86,5  |

FONTE: SEDUC/NÚCLEO DE ESTATÍSTICA

NOTA: NÃO ESTÃO INCLUIDOS NA MATRÍCULA OS ALUNOS DO REGIME NÃO SERIADO: 1988 (818) E 1989 (186) ALUNOS

CPIAB.MOS

TABELA 25  
 ESTADO DO CEARÁ  
 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
 PROGNÓSTICO DE ATENDIMENTO NO PRÉ-ESCOLAR-ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO  
 1992/2003  
 1993

E N S I N O

| A N O | PRÉ-ESCOLAR |        | FUNDAMENTAL | MÉDIO        |
|-------|-------------|--------|-------------|--------------|
|       | 5 ANOS      | 6 ANOS | 7 a 14 anos | 15 a 19 anos |
| 1992  | 94497       | 121458 | 876800      | 71399        |
| 1993  | 96200       | 123500 | 909400      | 77400        |
| 1994  | 98000       | 125600 | 943200      | 83900        |
| 1995  | 99800       | 127700 | 978300      | 91000        |
| 1996  | 101700      | 129900 | 1014600     | 98700        |
| 1997  | 103700      | 132100 | 1052300     | 107000       |
| 1998  | 105500      | 134400 | 1091400     | 116000       |
| 1999  | 107400      | 136700 | 1132000     | 125800       |
| 2000  | 109400      | 139000 | 1174100     | 136400       |
| 2001  | 111400      | 141300 | 1217700     | 147900       |
| 2002  | 113500      | 143700 | 1263000     | 160378       |
| 2003  | 115600      | 146200 | 1309900     | 173900       |

FONTE: SEDUC/CP-NUCLEO DE ESTATÍSTICA

CPIAB.MOS

TABELA 26  
 NÚMERO DE ESCOLAS, SALAS DE AULA E DE ALUNOS MATRICULADOS POR TIPO DE  
 ENSINO SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA  
 1993

NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS

| DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA | Nº DE ESCOLAS | SALAS DE AULA | NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS |          |                 |          |              |          |                |          |           |          |        |          |        |          |          |          |        |          |          |          |
|----------------------------|---------------|---------------|-------------------------------|----------|-----------------|----------|--------------|----------|----------------|----------|-----------|----------|--------|----------|--------|----------|----------|----------|--------|----------|----------|----------|
|                            |               |               | PRÉ-ESCOLAR                   |          | ENS. FUND. REG. |          | ENSINO MÉDIO |          | EDUC. ESPECIAL |          | SUPLETIVO |          | TOTAL  |          | URBANA |          | EM GERAL |          | URBANA |          | EM GERAL |          |
|                            |               |               | URBANA                        | EM GERAL | URBANA          | EM GERAL | URBANA       | EM GERAL | URBANA         | EM GERAL | URBANA    | EM GERAL | URBANA | EM GERAL | URBANA | EM GERAL | URBANA   | EM GERAL | URBANA | EM GERAL | URBANA   | EM GERAL |
| Ceará                      | FEDERAL       | 31            | 14                            | 121      | 60              | 4223     | 3189         | 632      | 358            | 278      | 156       | 3313     | 2675   | 70728    | 3576   | 5376     | 53426    | 15197    | 5339   | 73962    | 71791    |          |
|                            | ESTADUAL      | 1005          | 854                           | 8238     | 7779            | 684722   | 667707       | 81795    | 78381          | 474382   | 462391    | 71543    | 70728  | 3576     | 5376   | 53426    | 15197    | 5339     | 73962  | 71791    |          |          |
|                            | MUNICIPAL     | 14095         | 2132                          | 26697    | 7930            | 980125   | 438794       | 403670   | 148924         | 547373   | 262126    | 13653    | 13583  | 70728    | 3576   | 5376     | 53426    | 15197    | 5339   | 73962    | 71791    |          |
|                            | PARTICULAR    | 2208          | 1985                          | 11099    | 10672           | 424784   | 412439       | 144569   | 136538         | 230510   | 226298    | 43462    | 43462  | 70728    | 3576   | 5376     | 53426    | 15197    | 5339   | 73962    | 71791    |          |
|                            | TOTAL         | 17339         | 4985                          | 46135    | 26441           | 2093854  | 1522129      | 630666   | 364201         | 1252543  | 950971    | 131971   | 130448 | 4712     | 4712   | 4712     | 4712     | 4712     | 4712   | 4712     | 4712     |          |

Fonte: SEDUC/D.O.I./Núcleo de Estatística



ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO

AGENDA DE TRABALHO

MOBILIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DO PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS

1993

| P E R Í O D O                  |   | A T I V I D A D E                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |  |
|--------------------------------|---|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| 24 de setembro                 | - | Encontro de Dirigentes Municipais de Educação e Cultura do Ceará, promovido pela AMCE como Apoio do UNICEF, onde, entre outras questões, houve o lançamento oficial do Plano Decenal de Educação para Todos, para os municípios do Estado, sob a responsabilidade da Secretaria de Ensino Fundamental - MEC, representada pela Profa Margarida Jardim Cavalcante. |  |
| 24 de setembro                 | - | Reunião com os Delegados e Técnicos das DERES para apresentação da proposta do Plano, discussão sobre os instrumentos de trabalho e sobre a coordenação da execução do Plano nos municípios de sua jurisdição.                                                                                                                                                    |  |
| 27 de setembro a 04 de outubro | - | Encontro Regional para mobilização dos secretários e técnicos dos OME e repasse de informações.                                                                                                                                                                                                                                                                   |  |
| 05 a 20 de outubro             | - | Mobilização da comunidade, a nível municipal para discussão, elaboração do Plano do Município.                                                                                                                                                                                                                                                                    |  |
| 04 de outubro                  | - | Reunião com o Instituto de Planejamento do Ceará e as Secretarias e órgãos vinculadas do governo estadual, para divulgação, encaminhamento de propostas e sugestões.                                                                                                                                                                                              |  |
| 07 de outubro                  | - | Reunião com o UNICEF para avaliação e articulação do Plano a nível municipal.                                                                                                                                                                                                                                                                                     |  |
| 08 de outubro                  | - | Reunião da Comissão e 1ª Delegacia Regional de Educação com a Secretaria Municipal de Fortaleza, para análise e encaminhamento articulado do Plano, na abrangência dos problemas e estratégias educacionais para a Capital.                                                                                                                                       |  |
| 13 de outubro                  | - | Reunião com Conselho de Educação do Ceará e representantes de instituições relacionadas com o desenvolvimento da Educação Formal e não formal no Estado.                                                                                                                                                                                                          |  |
|                                | - | Reunião na DEMEC com os sindicatos e órgãos de Classe da Educação no Estado.                                                                                                                                                                                                                                                                                      |  |

AGENDA DE TRABALHO

MOBILIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DO PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS

1993

| P E R Í O D O       |  | A T I V I D A D E                                                                                                                                                            |
|---------------------|--|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Dia 20 a 30 outubro |  | - Consolidação dos Planos Decenais dos Municípios, e formulação do plano Decenal do Estado.                                                                                  |
| Dia 27 se outubro   |  | - Reunião na Assembleia Legislativa do Estado com a Comissão de Educação, diretores escolares e representantes dos órgãos vinculados ao atendimento aos deficientes físicos. |
| Dia 09 de novembro  |  | - Reunião na Câmara Municipal de Fortaleza com representantes da Câmara, sindicatos e grêmios estudantis, para divulgação e apoio no desenvolvimento do Plano.               |
| Dia 03 de dezembro  |  | - Conclusão do Plano Decenal do Estado e encaminhamento ao MEC                                                                                                               |
| Dia                 |  | - Encontro com os Delegados e Secretários Municipais de Educação para apresentação e análise do Plano Decenal do Estado.                                                     |

- Secretaria da Educação do Estado - SEDUC
- Delegacia do Ministério da Educação e do Desporto - DEMEC
- União dos Dirigentes Municipais da Educação - UNDIME
- Associação dos Municípios do Ceará - AMECE
- Delegacia Regional de Educação de Fortaleza
- Delegacia Regional de Educação de Crateús
- Delegacia Regional de Educação de Crato
- Delegacia Regional de Educação de Iguatu
- Delegacia Regional de Educação de Juazeiro do Norte
- Delegacia Regional de Educação de Limoeiro do Norte
- Delegacia Regional de Educação de Quixadá
- Delegacia Regional de Educação de Russas
- Delegacia Regional de Educação de Senador Pompeu
- Delegacia Regional de Educação de Sobral
- Delegacia Regional de Educação de Tauá
- Delegacia Regional de Educação de Tianguá
- Delegacia Regional de Educação de Itapipoca
- Delegacia Regional de Educação de Icó
- Conselho de Educação do Ceará (CEC)
- Universidade Estadual do Ceará (UECE)
- Universidade do Vale do Acaraú (UVA)
- Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado
- Comissão de Educação da Câmara Municipal de Fortaleza
- Secretaria do Governo - SEGOV
- Secretaria do Trabalho e Ação Social - SAS
- Secretaria da Indústria e Comércio - SIC- Secretaria da Justiça - SJ



- Secretaria de Segurança Pública - SSP
- Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária - SEARA
- Secretaria da Administração - SEAD
- Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SDU
- Secretaria de Recursos Hídricos - SRH
- Departamento de Estradas de Rodagens e Transportes - DERT
- Superintendência de Obras do Estado do Ceará - SOEC
- Centro de Abastecimento do Ceará - CEASA
- Companhia de Desenvolvimento da Indústria e Turismo - CODITUR
- Companhia Energética do Ceará - COELCE
- Companhia Estadual de Desenvolvimento Agrário e Pesca - CEDAP
- Companhia de Habitação do Ceará - COHAB
- Fundação de Telecomunicação do Ceará - FUNTELC/TVC
- Fundação Estadual do Bem Estar do Menor do Ceará - FEBEMCE
- Fundação da Ação Social - FAS
- Fundação Núcleo Tecnológico Industrial - NUTEC
- Fundação Micael
- Fundação e Instituto de Planejamento do Ceará - IPLANCE
- Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará - IDACE
- Superintendência de Obras Hidráulicas - SOHIDRA
- Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Federal - SINTSEF
- Sindicato Unificado dos Trabalhadores da Educação - SINDIUNTE
- Sistema Nacional de Empregos do Ceará - SINE
- Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa - SEBRAE
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATERCE
- Serviço de Processamento de Dados do Ceará - SEPROCE
- Banco do Nordeste do Brasil - BNB

CP\WS6 - CP\_ORG.JO

- Comissão do Pacto de Cooperação- Jornal O Povo
- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE
- Banco do Brasil
- Jornal Tribuna do Ceará
- Departamento de Obras Contra a Seca - DNOCs
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA